

Projeto Político

Pedagógico

2011

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	4
2. IDENTIFICAÇÃO	5
2.1. Identificação da Escola	5
2.2. Aspectos Históricos	5
2.3. Caracterização do espaço físico	7
2.4. Organização do espaço físico	8
3. QUADRO GERAL DE PESSOAL	9
3.1. Professores	9
3.2. Equipe Diretiva	11
3.3. Equipe Pedagógica	11
3.4. Agente Educacional II	11
3.5. Agente Educacional I	12
4. OBJETIVOS GERAIS	13
5. MARCO SITUACIONAL	14
5.1. Análise dos problemas existentes na escola	14
5.2. Conselho de Classe e Reuniões de Monitoria	17
5.3. Formação inicial e continuada	17
5.4. Organização tempo e espaço	18
5.5. Espaço físico, recursos didáticos e pedagógicos	19
5.6. Organização do trabalho na escola	20
5.7. Organização hora/atividade: problemas e possibilidades	20
6. MARCO CONCEITUAL	22
6.1. Concepção de Homem, Infância e Sociedade	22
7. MARCO OPERACIONAL	31

7.1. Avaliação geral de desempenho _____	31
7.2. Recuperação de estudo dos alunos _____	32
7.3. Procedimentos pedagógicos _____	33
8. REFERÊNCIA _____	37
9. ANEXOS – PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR _____	38
9.1. Língua Portuguesa _____	38
9.2. Matemática _____	55
9.3. Ciências _____	61
9.4. Geografia _____	70
9.5. História _____	79
9.6. Educação Física _____	87
9.7. Arte _____	98
9.8. Língua Estrangeira Moderna - Inglês _____	107
9.9. Ensino Religioso _____	132



1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dom Orione - Ensino fundamental é o resultado da diagnose do trabalho conjugado entre todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem e de acordo com as expectativas da comunidade em relação ao crescimento da qualidade educacional.

Na elaboração deste projeto em ação conjunta, passou-se a ver o educando sob novas perspectivas e concebeu-se o professor não como um profissional que ensina e sim um intermediador, considerando o aluno no contexto global.

Dáí a visão de que o aluno é um ser capaz de aprender e deve ser respeitado no seu conhecimento cultural ao chegar à escola.

O trabalho pedagógico deve ser centrado no sucesso do aluno; todos os professores trabalhando com objetivos de conteúdos significativos e contextualizados, conseqüentemente visando a diminuição da fobia pela nota. Professores executando uma prática avaliativa na interação professor-aluno (democratização das relações em sala de aula), tendo em vista a construção dos conhecimentos escolares para a vida.

Muito se têm avançado em educação construída no trabalho conjunto, na dissuasão de novas idéias na busca de soluções, enfim como objetivo primordial o desabrochamento do ser humano exercendo plenamente o seu direito de cidadão.

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1. Identificação da Escola

Nome: Escola Estadual Dom Orione.

Instituição: Ensino Fundamental.

Endereço: situada na Rua Professor Fábio de Souza,1150, no bairro Santa Quitéria, cidade de Curitiba - PR.

CEP: 80.310-230.

E-mail: escoladomorione@gmail.com

Fone/fax: (41) 3345-4664 / 3332-2724.

Natureza Administrativa: Escola pública estadual, mantida pela Secretaria de Educação do Paraná.

Autorização de funcionamento:

- Decreto 1389/75 D.O.E. 30/12/75
- Resolução nº 3029/81 – D.O.E. 12/01/82
- Renovação de Reconhecimento de Curso
- Resolução nº 1554/08 – D.O.E. 29/07/08

2.2. Aspectos Históricos

A Escola Estadual Dom Orione – Ensino Fundamental, é constituída com a modalidade Fundamental do 6º ao 9º ano, destinados a crianças de 10 (dez) anos até 14 (quatorze) anos completos, tem como entidade mantenedora o Estado do Paraná em Regime de Locação com os Padres Orionitas, proprietários do imóvel.

Este estabelecimento de ensino foi criado pelo decreto nº 4086 de 15 de fevereiro de 1967, e Decreto de denominação nº 8274 de dezembro de 1967, como Ginásio Estadual Dom Orione, da paróquia de Santa Quitéria, pela iniciativa dos Padres da Congregação da Pequena Obra da Divina Providência, com o objetivo de um atendimento educacional e formativo às classes operárias do bairro, segundo a filosofia do fundador da Congregação Orionita, Dom Luís Orione. De início o Ginásio Estadual

Dom Orione teria por finalidade a formação profissional consubstanciada nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Um ginásio Industrial com a educação orientada para o trabalho.

Dificuldades de ordem material impediram a formação profissionalizante, passando a ginásio estadualizado pelo decreto nº 8274 de 29 de dezembro de 1967.

No primeiro ano de funcionamento (1967), a escola atendeu 162 (cento e sessenta e dois) alunos, distribuídos em dois turnos.

Em 1973, de acordo com a Lei nº 5692/71 e para dar atendimento aos alunos das escolas próximas, foi necessária a implantação do terceiro turno para funcionamento das 2ª, 3ª, 4ª, 5ª séries do 1º grau.

Em atendimento à Resolução nº 3061/74 que determinou a reorganização, as escolas Presidente Kennedy, Marechal Cândido Rondon e Dom Orione passaram a construir o complexo escolar Dom Orione em 21 de novembro de 1975.

Em 1980, com a construção de mais duas salas de aula, a Escola passou a funcionar em dois turnos.

Pela Resolução nº 3029 de 15 de dezembro de 1981, publicada no Diário Oficial em 12 de janeiro de 1982, a escola Dom Orione foi reconhecida oficialmente.

Em 1983, passou a denominação Oficial de Escola Estadual Dom Orione – Ensino de 1º Grau, e a funcionar como unidade independente.

O estabelecimento teve por objetivo o atendimento aos dispositivos do Artigo 1º da Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961, e dos artigos 1º, 17º, 21º da Lei 5692 de 11 de agosto de 1962, ministrar ensino de 1º grau, observada a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

Presentemente a filosofia e objetivos das Diretrizes e Bases da Educação (lei 9394/96) norteiam as ações didático-pedagógicas da Escola Estadual Dom Orione – Ensino Fundamental, denominação esta adotada a partir da resolução 003/98.

A Escola funciona em dois turnos: 7h30 às 11h55 e das 13h10 às 17h30, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ministrando o Ensino Fundamental. São ofertados aos alunos os serviços educacionais com base na Constituição Federal e Estadual e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Garantindo-lhes:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola, vedado qualquer forma de discriminação e segregação;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- Gratuidade de ensino;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Gestão democrática;
- Garantia de educação básica de qualidade.

As disciplinas ofertadas, bem como a carga horária, constam na matriz circular específica.

As normas de convivência constam em Regimento Escolar, documento que acompanha este projeto.

2.3. Caracterização do espaço físico

O Estabelecimento oferta o Ensino Fundamental e Sala de Apoio a Aprendizagem num total de 795 alunos no ano letivo de 2011 (mês de referência março).

As salas estão aparelhadas com quadro de giz, carteiras, mesa e armário para o professor. Cada sala possui uma televisão, um vídeo-cassete, um ventilador, um bebedouro e uma caixa de som.

Atualmente ocupa uma área construída interna de 1.150,10 m² e externa de 5779,90 10 m² com uma estrutura de:

- 11 salas de aula;
- Sala da Direção;
- Dependência da Secretaria;
- 1 sala para Pedagogos;
- Biblioteca (31.750 acervo de livros);
- Banheiro Masculino e Feminino para uso dos alunos;
- 2 Banheiro para uso dos professores e funcionários;
- 1 Banheiro para cadeirantes;

- Cozinha;
- Pátio para o recreio;
- 3 Quadras esportivas, sendo 1 coberta;
- Almojarifado para material de Educação Física;
- 2 Salas dos Professores;
- Almojarifado;
- Depósito da Merenda Escolar;
- Cantina Comercial;
- Casa do caseiro;
- Sala de informática;

2.4. Organização do espaço físico

A organização das turmas descritas no Projeto está de acordo com as Normatizações que orientam a implantação do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental a partir de 2012.

Ensino Fundamental – Anos Finais (6º a 9º anos):

Ano	Nº de turmas	Turno	Nº de alunos
6º	6	TARDE	205
7º	5	TARDE	192
8º	6	MANHÃ	214
9º	5	MANHÃ	184
TOTAL	22	MANHÃ/TARDE	795

Sala de Apoio à Aprendizagem

Ano	Nº de turmas/Disciplina	Turno	Nº de alunos
6º	2 - Português	MANHÃ	20
6º	2 - Matemática	MANHÃ	30
TOTAL	4	--	50

3. QUADRO GERAL DE PESSOAL

3.1. Professores

- Ana Aparecida Vieira Palhano.....RG: 7.338.994-1
Superior e pós-graduação Metodologia do Ensino de Ciências.
- Ana Cristina Vendramin de LimaRG: 1.910.326-9
Superior Letras e Pós-graduação Adm. com Ênfase em RH
- Ana Edith Calvetti (PDE)RG: 5.103.757-0
Superior e Pós-graduação Magistério da Educação Básica
- Ana Maria Rosa Veiga.....RG: 6.893.364-1
Superior Biologia e Pós-graduação Psicopedagogia
- Ana Paula Gali.....RG: 7.260.168-8
Superior Educação Artística
- Arno Weirich JuniorRG: 3.450.507-1
Superior Educação Física
- Celso KuchaniRG: 4.461.262-3
Superior Geografia
- Damaris Pereira de Souza.....RG: 4.001.485-3
Superior em Educação Artística
- Doris Raquel Franciosi RuschelRG: 3.277.629-9
Superior Educação Física e Pós-Metodologia de Ensino
- Elaine Maria Santos Nascimento.....RG: 2.067.356-7
Superior Letras
- Fabiana Testi CaetanoRG: 5.713.585-9
Superior em Ciências Biológicas
- Fred Carlos TrevisanRG: 8.265.838-6
Superior e Pós-Graduação
- Izabel Cristina Machado Ferro.....RG: 9.688.688
Superior Letras
- Jacqueline Maria Gonçalves.....RG: 7.695.555-7

- Superior em Geografia
- Jeani Ribeiro JovenalRG: 8.926.625-4
Superior Letras Português/Inglês
 - Jorge Augusto Gripp.....RG: 805.915-2
Superior Ciência
 - Juceli ColatussoRG: 3.980.238-4
Superior Ciências Sociais e Pós-Magistério Educação Básica
 - Juliana Zella BragaRG: 7.030.351-5
Superior Biologia
 - Larissa Precoma.....RG: 7.953.825-6
Superior em História
 - Lauro CzarneckiRG: 940.773-1
Superior Bacharel em Ciências Econômicas
 - Lilian Cristine Gerber PrestesRG: 6.133.556-0
Professora Sareh- Superior em Matemática
 - Lindamir Alves de OliveiraRG: 7.524.021-0
Professora Interprete Libras – Superior Letras/Libras
 - Luciana Vargas BarrosRG: 11.118.104-7
Superior Educação Artística
 - Luciane Carvalho dos Santos NoroschnyRG: 3.376.164-0
Superior e Pós Interdisciplinalidade
 - Márcia Guerra.....RG: 4.743.348-7
Superior Ciências
 - Marcos Coutinho de OliveiraRG: 3.979.077-7
Superior em História
 - Mariza Reiko Yomura luki.....RG: 1.673.546-9
Superior Ciências e Pós em Magistério de 1º e 2º graus
 - Mercedes Saide.....RG: 851.452-6
Superior História
 - Osni Aniceto de SouzaRG: 734.767-7
Superior Geografia

- Patrícia Soares da SilvaRG: 9.183.146-5
Superior Letras
- Rosângela Cristina Oliveira de Melo.....RG: 1.350.516-0
Superior Letras
- Sheila Esméria Martins.....RG: 4.232.553-8
Superior Letras e Pós-Magistério da Educação Básica
- Thelma Regina RossaRG: 7.053.061-9
Superior Estudos Sociais
- Vera Lucia RochaRG: 812.533
Superior Desenho e Plástica

3.2. Equipe Diretiva

- Ana Aparecida Vieira PalhanoRG: 7.338.994-1
Superior e Pós-Graduação Metodologia do Ensino de Ciências
- Maria Ivonete Favarim Vendrametto (Diretora) RG: 4.121.475-9
Superior e Pós-graduação – Metodologia do Ensino de 1º e 2º Graus.

3.3. Equipe Pedagógica

- Claudine Gomes BubiniakRG: 4.162.657-7
Superior – Pedagogia e Pós-graduação - Metodologia do ensino de 1º e 2º graus
- Luciana Guimarães SilvaRG: 4.987.053-1
Superior – Pedagogia e Pós-graduação especialização em Educação Infantil
- Sirley Mary Nadalin.....RG: 1.316293-0
Superior – Pedagogia e Pós-graduação Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Educação Especial

3.4. Agente Educacional II

- Ana Marilene Marchaukowski CrovadorRG: 3.977.697-9

Ensino Médio

- Cleverson Antonio de Mello GembaRG: 6.643.231-9

Ensino Médio

- Haroldo Cesar de LimaRG: 5.037.563-3

Superior Completo – Sistema da Informação

- Jandira Dias da SilvaRG: 3.034.355-7

Ensino Médio

- Josélia de Fátima FerreiraRG: 5.686.806-2

Superior – Bacharel em Ciências Contábeis

- Lucélia Aparecida Pires de LimaRG: 5.461.127-7

Superior – Pedagogia

3.5. Agente Educacional I

- Mirian Ferreira PortellaRG: 199.906-4

Ensino Fundamental (Incompleto)

- Neide Terezinha Coelho MartinsRG: 3.804.427-3

Ensino Médio

- Rosa Maria R.. BeiraRG: 5.382.701-2

Ensino Fundamental Completo

- Siomara do Rocio dos SantosRG: 3.292.628-2

Ensino Médio Magistério

- Solange Gomes MatosRG: 3.405.900-8

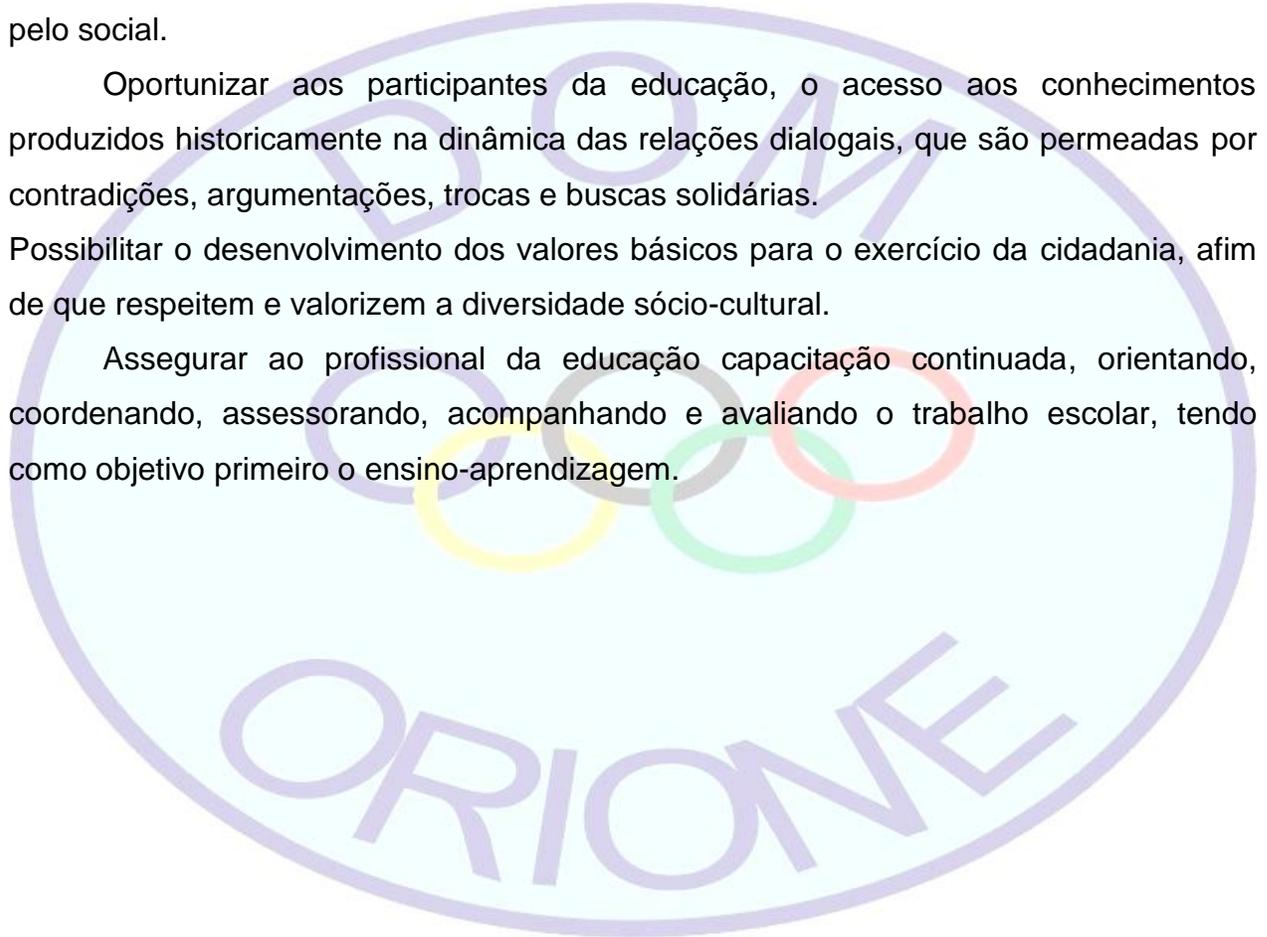
Ensino Médio Incompleto

4. OBJETIVOS GERAIS

Elaborar o Projeto Político Pedagógico tendo-se consciência de que ele constitui o norte orientador das atividades curriculares e da organização da escola e se expressa nas práticas cotidianas traduzindo os compromissos institucionais relativos ao direito, consagrado nas leis brasileiras e garantindo a todos sem distinção de qualquer natureza, de acesso à educação escolar pública, gratuita e de qualidade referenciada pelo social.

Oportunizar aos participantes da educação, o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente na dinâmica das relações dialogais, que são permeadas por contradições, argumentações, trocas e buscas solidárias. Possibilitar o desenvolvimento dos valores básicos para o exercício da cidadania, afim de que respeitem e valorizem a diversidade sócio-cultural.

Assegurar ao profissional da educação capacitação continuada, orientando, coordenando, assessorando, acompanhando e avaliando o trabalho escolar, tendo como objetivo primeiro o ensino-aprendizagem.



5. MARCO SITUACIONAL

É possível dizer que as condições de vida no Brasil para maior parte da população é de extrema pobreza. A grande maioria da população urbana e rural vive abaixo de níveis aceitáveis de alimentação, habitação, saúde e educação.

O sistema educacional brasileiro apresenta um perfil deplorável, pois uma porcentagem significativa da população fica de fora desse processo.

A sociedade brasileira se depara com a urgente necessidade de mudar a realidade da educação no país, fato que explica essa necessidade é a persistência do analfabetismo. Isso expressa o atraso do Brasil marginalizando milhões de cidadãos.

Ter acesso à Educação, um direito de todos e um dever do Estado, sempre foi um processo marcado por lutas e reviravoltas de todo tipo, ao longo da história brasileira. A escola pública em todos os níveis e modalidades da Educação básica tem como função social formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo.

Para que isso ocorra, é indispensável socializar o saber sistematizado, historicamente acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que este saber seja criticamente apropriado pelos alunos, que já trazem consigo, o saber popular, o saber da comunidade em que vivem e atuam. A interligação e apropriação desses saberes pelos estudantes e pela comunidade local representam um elemento decisivo no processo de democratização da própria sociedade.

A escola pública poderá tornar-se, dessa forma, um lugar para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados de bens culturais e materiais.

5.1. Análise dos problemas existentes na escola

Após discussão de toda problemática da educação, a Escola Estadual Dom Orione, explicita os problemas e as necessidades que enfrenta e para as quais propõe soluções.

Nossa sociedade é discriminatória, injusta, dificultando o acesso à maioria da população a uma vida digna.

Grande parte de nossos alunos conclui o ensino médio, ingressando muito cedo no mercado de trabalho sem qualificações, sujeitando-se a uma baixa remuneração.

A maioria que conclui o ensino médio não possui perspectiva de futuro devido à situação sócio-econômica do país, não tendo oportunidade de cursar uma graduação.

O resultado negativo desta falta de perspectiva leva ao aumento gradativo de marginalidade em roubos, tráfico, violência, mortes, gravidez precoce e desestruturação familiar.

Em 2010 a escola apresenta os seguintes dados estatísticos referentes aos seus 797 alunos:

Aprovados	695
Reprovados	102
Evasão	00
Transferidos.....	18

Diante do quadro apresentado necessita-se de apoio pedagógico para trabalharmos em contra turno com esses alunos e assim resgatarmos as deficiências de aprendizagem apresentadas. Necessitamos de parceria com o Estado na construção de novas salas de aula e contratação de professores para que se efetive em contra-turno a recuperação paralela em período integral e assim combatermos o índice de reprovação.

No início do período letivo são realizados, nos 6º anos, sondagens nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática com o objetivo de detectar as deficiências de aprendizagem apresentadas pelos alunos.

Os resultados servem para fazer o planejamento de acordo com o nível de aprendizagem de cada uma delas.

O acompanhamento desses alunos com sérias dificuldades é feito através de projetos de reforço e incentivo à aprendizagem, bem como, o encaminhamento para as Salas de Apoio, contribuição importantíssima ofertada pelo Estado do Paraná. Infelizmente este projeto atende apenas os alunos matriculados no 6º ano do ensino Fundamental.

As demais disciplinas que compõem a grade curricular desenvolvem avaliações diagnósticas para fazerem as adequações necessárias nos Planos de Trabalhos Docentes.

O número elevado de alunos em sala dificulta o trabalho e compromete a qualidade de ensino. A redução não deve estar vinculada ao envio de verbas para as escolas (fundo rotativo).

Segundo a Constituição Brasileira é dever do Estado ofertar a vaga e obrigação da família manter a criança na escola.

Um número considerável de responsáveis não participa do processo ensino-aprendizagem do educando; mesmo quando solicitado pela escola. Ter filho é, necessariamente, ser responsável. Há também o aumento anual dos casos de alunos comprovadamente necessitados de atendimento especializado, ambos os casos refletem negativamente na aprendizagem.

Resumindo, temos uma escola para poucos, sem apoio financeiro, despreparada para trabalhar com inclusão pelo excesso de alunos em sala e falta de preparo específico dos professores.

Compreendemos que a educação não deveria estar vinculada à vontade política do governo vigente, mas deveria ser tratado com políticas específicas, pensadas e executadas por profissionais da educação que estejam realmente envolvidos na realidade escolar.

Devemos ter definido o papel da escola para que não comprometa sua principal função.

Segundo Luchesi “a avaliação deverá verificar a aprendizagem não a partir dos mínimos possíveis, mas sim a partir dos mínimos necessários”. Assim sendo, os alunos que não apresentarem aprendizagem deverão ter oportunidade de serem reorientados.

A Escola está procurando diversificar os tipos de avaliação a fim de que, respeitando as diferenças, todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso na aprendizagem e conseqüentemente na avaliação. Constam da avaliação da escola: provas, testes, trabalhos, apresentação e participação em trabalhos, pesquisas, relatórios de visitas, montagem e apresentação de Jornal Mural e muitas outras atividades que são avaliadas no decorrer do ano letivo.

5.2. Conselho de Classe e Reuniões de Monitoria

A Escola procura trabalhar em parceria com os todos os integrantes da comunidade escolar, neste sentido, desenvolvemos a monitoria de alunos, professores e pais.

Os alunos monitores têm papel importante no desenvolvimento das atividades pedagógicas, pois são parceiros dos professores e contribuem de forma efetiva na rotina escolar. As competências dos alunos monitores referentes aos seus deveres e obrigações são informadas no início do período. Os alunos monitores se reúnem mensalmente com a direção equipe pedagógica, professores que estejam em hora atividade e pais de alunos. Nessas reuniões os alunos têm espaço para relatos, reivindicações, reclamações, sugestões, críticas, elogios sobre as aulas, conteúdos, professores, metodologias etc.

Para o Conselho de Classe são levadas todas as observações feitas nas reuniões de monitoria. A leitura e análise das informações são articuladas às observações das turmas pelo professor monitor. Todos os apontamentos são analisadas pelos presentes no conselho de classe para que se corrijam as falhas que realmente houveram e que foram relevantes.

Os professores e toda a equipe escolar fazem uma auto-avaliação colocando para os demais os sucessos ou fracassos com que se deparam no dia a dia, com o objetivo de promover troca de experiências entre todos.

Após análise das turmas são definidas linhas de ação ou ações concretas que serão tomadas em decorrência das necessidades apontadas na análise das turmas.

Os casos mais relevantes de cada sala são analisados como um todo, vendo-se além de notas e conceitos.

No conselho de classe seguinte, todos esses aspectos são retomados, discutidos, para ver se houve ou não modificações positivas.

5.3. Formação inicial e continuada

No decorrer do ano de 2010, através da SEED, a escola oportunizou aos seus profissionais, diversos tipos de encontros para formação continuada como: capacitação

descentralizada, onde foram capacitados o corpo docente, a equipe pedagógica e os funcionários do estabelecimento em dois momentos: no início das atividades escolares (março/10) e no reinício das atividades do 2º semestre (julho/10) também tivemos participação de alguns docentes em simpósios (Faxinal do Céu) seminários e outros eventos promovidos pela SEED, os funcionários também participaram de cursos, com a intenção de prestar concurso promovido pelo Estado, no que se refere ao setor administrativo. A equipe pedagógica também participou de diversos eventos, sendo preparada para elaboração de Projeto Político Pedagógico do estabelecimento.

5.4. Organização tempo e espaço

A equipe escolar enfrenta no seu cotidiano um grande problema no que se refere ao “tempo”. Os docentes afirmam que não há tempo para trabalhar o conteúdo necessário, falta tempo para trabalhar os coletivos, para planejamento das atividades escolares, para ouvir alunos, pais, etc., ocasionando falta de tempo para redimensionar seu trabalho. O uso dos ambientes como a biblioteca, sala de informática, quadras e pátio, áreas reservadas para trabalhos e ensaios precisam ser previamente planejados, para tanto a utilização destes alguns setores são agendados pelos docentes juntamente com a equipe pedagógica. O aluno também precisa ser preparado na gestão do tempo aprendendo a controlá-lo na realização de suas atividades, contando para isso com a orientação do professor.

A organização do espaço também é importante para a concepção educativa da escola. A simples organização das carteiras em sala de aula facilita o trabalho em grupo, o diálogo, a cooperação. A exposição de trabalhos dever ser dispostas no interior da escola de forma adequada para que não haja poluição visual das informações. É necessária a colaboração dos alunos e professores para a ordem e limpeza da classe e da escola. Os espaços fora da sala também podem ser aproveitados para aulas de leitura, artes e outras atividades.

As visitas culturais como a museus, teatros, parques, espaços culturais facilitam a aprendizagem de determinados conteúdos, através da exploração em locais diferentes. A escola oferece um espaço grande, um saguão, onde são realizados

cursos de dança, teatro, capoeira, entre outros. São projetos da gestão, fundamentais para a construção da identidade dos alunos. A equipe pedagógica acompanha e orienta os docentes quanto à melhor organização do tempo e espaço da escola.

5.5. Espaço físico, recursos didáticos e pedagógicos

É necessário administrar o uso do espaço físico, quando na escola o mesmo for restrito. O investimento na sua reorganização é gratificante, pois os professores necessitam de locais para apoio e valorização das suas iniciativas, na construção de valores e atitudes solidárias. A escola deve dar esse apoio, determinando as condições de uso e os horários para utilização e conservação.

Os recursos didáticos também representam papel importante no processo ensino/aprendizagem desde que sejam utilizados com responsabilidade. Atualmente a escola dispõe de instrumentos tecnológicos e uma série de recursos modernos como o computador, a televisão, videocassetes, gravadores, DVDs, TVs a cabo, data show, facilitando o trabalho dos professores.

Além disso, temos também outros recursos que devem ser bem aproveitados, como o quadro de giz, ilustrações, mapas, globos terrestres, livros diversos, dicionários, revistas, jornais, cartazes, etc.

É de grande importância o uso dos computadores como instrumento de aprendizagem escolar, em nossa escola podemos contar com uma ilha onde os alunos têm à disposição 4 computadores na biblioteca para trabalhos e pesquisas, os professores têm a sua disposição um computador na sala dos professores para pesquisas e para formular provas e trabalhos.

O livro didático é um dos materiais mais utilizados, mas é preciso que os professores estejam atentos à qualidade, coerência e se os mesmos estão de acordo com os objetivos educacionais propostos. É importante considerar que não deve ser o único material a ser utilizado, pois existe uma variedade de informações em nossa escola a fim de oportunizar ao aluno uma visão ampla de conhecimento através da diversificação de materiais de apoio, de atividades proporcionadas ao aluno e projetos que auxiliam nessa busca diferenciada de opções e oportunidades em sala de aula.

No ano de 2010 houve a escolha do Livro Didático, os professores se reuniram por área de conhecimento, analisaram e fizeram a escolha para o ano de 2011. Infelizmente, não foram encaminhados exemplares suficientes para atender todos os alunos matriculados, fato este, que acarreta grande prejuízo para a aprendizagem e organização do trabalho pedagógico.

O acervo bibliográfico rico em quantidade, qualidade e variedade é também uma condição fundamental para o sucesso educacional, nossa biblioteca tem um acervo significativo, é bem freqüentado pelos alunos, docentes e demais segmentos para consultas, empréstimos e pesquisas.

Recentemente foram criados espaços para ministrar aulas de arte, dança e xadrez.

5.6. Organização do trabalho na escola

A partir de 2012 as séries finais do Ensino Fundamental de 8 anos corresponderá aos anos finais do Ensino Fundamental de 9 anos. Assim, a implantação na rede Estadual de Ensino do Paraná será de forma simultânea correspondente quanto à idade/série/turma.

Atendendo ao novo ordenamento legal, a Escola irá organizar-se da seguinte forma: Anos Finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º anos, sendo 6º e 7º anos no turno da tarde e 8º e 9º anos no período da manhã, conforme número de salas disponíveis. As disciplinas são distribuídas conforme a Matriz Curricular aprovada para o estabelecimento e o número de aulas constantes para cada ano (6º ao 9º).

5.7. Organização hora/atividade: problemas e possibilidades

São atribuídos 20% de hora-atividade sobre o total de horas-aula assumidas pelo professor em regência de classe, conforme instrução legal. Nesse horário os docentes realizam as atividades pedagógicas individuais inerentes à sua área de conhecimento e ao seu trabalho. É um momento utilizado para estudo, pesquisa, correção das atividades discentes, elaboração e reelaboração das aulas.

A equipe pedagógica faz as reuniões com os professores que estão em hora-atividade com o objetivo de apoiar o trabalho docente. Nesse período também são feitos atendimentos aos pais que procuram os professores para esclarecimentos sobre o desempenho de seus filhos.

Para que este trabalho seja desenvolvido com mais qualidade, os horários são distribuídos de forma concentrada por área de conhecimento, assim é possível proporcionar maior troca de informações entre os pares e a equipe pedagógica tem possibilidade de promover mais discussões e soluções para as situações do cotidiano escolar.



6. MARCO CONCEITUAL

6.1. Concepção de Homem, Infância e Sociedade

Conceber a criança como o ser social que ela é, significa considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que também é de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo com sua própria inserção nesse contexto.

(KRAMER, 1986, p.79).

Em atendimento à implantação dos nove anos do Ensino Fundamental é imprescindível haver discussão no interior da escola discorrendo sobre o conceito de infância com o objetivo primeiro de compreender o aluno ingresso no 6º ano e articular pedagogicamente essa transição. Neste sentido, segue uma breve fundamentação sobre a infância e suas especificidades.

Seguindo o pensamento de Kramer (1986) na citação acima, a criança como ser social é decorrente de um processo histórico. Durante muito tempo a sociedade permaneceu indiferente à repartição e à distinção das idades, tempos em que as crianças se misturavam aos adultos sem nenhuma distinção.

Até por volta do século XII, de acordo com os estudos de Aries (1986), a sociedade desconhecia a infância, as crianças eram tratadas como adultos, com vestimentas e atitudes tipicamente adultas, não havia separação ou diferença entre adulto e criança. Para Postman (1999) "... Na Idade Média não havia crianças porque não havia para os adultos meio de contar com informação exclusiva". Podemos entender que a ausência de segredos entre adultos e crianças era um fator importante que impedia a formação de conceitos sobre esse ser social e suas especificidades. Entre outras situações conflituosas, as crianças eram expostas a condições de vida adversa com jornada de trabalho de até 12 horas. O tratamento dado a criança era retratado através da literatura e da arte.

Com base nos estudos dos autores pesquisados, podemos dizer que nossas concepções de infância mudam historicamente, a infância é uma construção cultural historicamente construída e variável. Muitos foram os movimentos que contribuíram e deram lugar ao descobrimento da infância, considerando-a como etapa diferente da idade adulta e tratando diferenciadamente.

Com o nascimento do pensamento pedagógico moderno, nos séculos XVI e XVII, criaram-se novas perspectivas educacionais que terminaram repercutindo na educação da criança pequena, uma vez que a infância e a própria criança passou a existir na sociedade.

Ao falarmos da infância, defendemos a imagem da criança cidadã, cabendo a ela direitos e deveres. Neste sentido, precisamos cuidar para que não haja o seqüestro da infância na contemporaneidade, uma vez descoberta na Idade Média. Novamente estamos assistindo a não distinção entre adultos e crianças através das roupas, nos alimentos, nos jogos, nos entretenimentos e na linguagem que permeiam tanto o mundo da criança como o mundo do adulto.

Já não vemos crianças entretidas em brincadeiras como parte da paisagem urbana. Temos crianças grudadas em programas televisivos, preocupadas com roupas de grifes, maquiagem e infindáveis compromissos.

Estamos empenhados na educação de pessoas que valorizam sua época de vida e seu meio, para atuar de forma transformadora na sociedade. Sabemos que o ser humano é o sujeito principal da construção da sociedade e, por conseguinte, da história; portanto, queremos que este homem busque a verdade, que tenha ideais e objetivos definidos, e que seja agente transformador.

Quando se questiona o próprio sentido da escola, a sua função social e a natureza do trabalho educativo, ficamos sem um “Norte”, pela velocidade dos fatos, dos acontecimentos, que tornam as práticas educativas ultrapassadas. E para que isso não aconteça é preciso entender em que tipo de sociedade estamos inseridos.

Assim, temos que articular nossa concepção de infância à sociedade atual, sociedade esta, que é configurada pelas experiências individuais do homem, havendo uma interdependência em todas as formas da atividade humana, desenvolvendo

relações, instaurando estruturas sociais, instituições sociais e produzindo bens, garantindo a base econômica.

Entendemos o homem como ser natural e social, ele age na natureza transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. Nesse processo de transformação, ele envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimentos.

Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não materiais que são apropriados de diferentes formas pelo próprio homem. Considerando o homem um ser social, ele atua e interfere na sociedade, se encontra com o outro nas relações familiares, comunitárias, produtivas e também na organização política, garantindo assim sua participação ativa e criativa nas diferentes esferas da sociedade.

Como o homem produz conhecimento reconhecemos o conhecimento como atividade humana que busca explicitar as relações entre os homens e a natureza. Desta forma, o conhecimento é produzido nas relações sociais mediadas pelo trabalho.

Na sociedade capitalista, o homem não se apropria da produção material de seu trabalho e nem dos conhecimentos produzidos nestas relações, porque o trabalhador não domina as formas de produção e sistematização do conhecimento. Segundo Marx e Engels “a classe que tem à disposição os modos de produção material controla concomitante os meios de produção intelectual, de sorte que, por essa razão geralmente as idéias daqueles que carecem desses meios ficam subordinados a ela”. Assim sendo, o conhecimento humano adquire diferentes formas: o senso comum, científico, teológico e estético, pressupondo diferentes concepções, muitas vezes antagônicas que o homem tem sobre si, sobre o mundo e sobre o conhecimento. Nesse sentido, implica-se numa nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando, portanto, a forma de interferir na realidade.

Essa interferência traz conseqüências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi expropriado do trabalho nas suas relações. Conforme VEIGA, “o conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos”

(VEIGA, 1995, p, 27). Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos e generalizações, sendo, portanto, o objeto de trabalho do professor.

A educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens, situando-os dentro da história, ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho, portanto, a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para sua própria transformação.

Como parte integrante da educação, a escola deve ser apreendida, a partir de sua razão histórica, cabendo à mesma dosar e sequenciar o saber sistematizado, o conhecimento científico, tendo em vista o processo de sua transmissão-assimilação. A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado.

Nessa perspectiva, o novo indicador da aprendizagem escolar consistirá na demonstração do domínio teórico do conteúdo e no seu uso pelo aluno, em função das necessidades sociais a que deve responder. Esse procedimento implica num novo posicionamento, uma nova atitude do professor e dos alunos em relação ao conteúdo e à sociedade: o conhecimento escolar passa a ser teórico-prático. Implica que seja apropriado teoricamente como um elemento fundamental na compreensão e na transformação da sociedade.

Essa nova postura implica trabalhar os conteúdos de forma contextualizada em todas as áreas do conhecimento humano. Isso possibilita evidenciar aos alunos que os conteúdos são sempre uma produção de trabalho em cada modo de produção. Este fazer pedagógico é uma forma que permite compreender os conhecimentos em suas múltiplas faces dentro do todo social.

Esse conhecimento apropriado pode ser demonstrado através da avaliação, que é a manifestação de quanto o aluno se aproximou das soluções, ainda que teóricas, dos problemas e das questões levantadas. Qualquer que seja a modalidade escolhida de avaliação, sempre deve possibilitar ao aluno que re-elabore e expresse os conteúdos aprendidos, enfatizando todas as dimensões que foram explicitadas e trabalhadas, passando de uma visão naturalizada a uma visão histórica, de conjunto, dos conteúdos em sua função social.

O trabalho de todo o processo ensino-aprendizagem apresenta-se como um grande instrumento na transformação de um aluno-cidadão em um cidadão mais autônomo. De aluno torna-se cidadão, auxiliado pela apreensão dos conceitos científicos que podem ser transpostos para a nova dimensão de sua vida. Portanto, a construção da cidadania envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres.

O conceito de cidadania traduz ao mesmo tempo, um direito e o exercício desse direito. Sem este, aquele é mera fórmula. Portanto, a educação como um dos principais instrumentos de formação da cidadania, deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem ao indivíduo, sua inserção na sociedade. Sendo a cultura resultado de toda a produção humana e segundo SAVIANI, “para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência e ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano, o mundo da cultura” (1992, p.19), a organização curricular, por sua natureza e especificidade, precisa contemplar várias dimensões da ação humana, dentre elas a concepção de cultura.

Pensando nesta organização, o currículo terá de ser desafiador, buscando construir uma escola que esteja comprometida com os interesses e aspirações das camadas populares, tendo em mente as concepções fundamentais de sociedade, escola, educação, conhecimento, cultura, ciência e tecnologia.

Uma prática pedagógica voltada para a transformação dialética dos sujeitos e por fim, da sociedade, implica numa série de posturas que traduzem tal concepção. Neste contexto, demanda-se ações efetivas de análises, retomadas, investigações e re-alimentação do processo, como fruto de um panorama estruturado em bases de comprometimento real e dinâmico.

Neste intento, faz-se eminente a instalação de uma coletividade que não apenas traga em si uma série de falas e pensamentos paralelos, mas sim, um esforço de interações constantes, formando um todo maior. Trata-se da contribuição de vários em prol de um objetivo: uma mudança consciente e consistente. Assim sendo, “se o currículo é ponte entre a teoria e a ação, entre intenções ou projetos e realidade, é preciso analisar a estrutura da prática onde fica moldado” (SACRISTÁN, 2000, p.201).

Tomando-se o currículo como meio, e não como algo com fim em si mesmo, entende-se que, ao se lançar um olhar contínuo de confronto frente à estagnação, delineia-se estratégias para a superação da acomodação, evitando-se a percepção já contaminada, ao se estar acostumado com a realidade ora posta.

“Essa reflexão deve ser profunda e ter como ponto de partida e ponto de chegada a própria ação dos profissionais. Trata-se de um a reflexão sobre os problemas do cotidiano, buscando as suas relações com o contexto, bem como as soluções possíveis” (GRISPUN, 1996, p.129).

O diálogo debruçado sobre a prática pedagógica instalada auxilia na elucidação do chamado currículo oculto. Vislumbrando-se além das impressões superficiais, alcançam-se os focos de entrave ao processo. Apenas desta forma, pode-se incorporar contribuições que se traduzirão em respostas concretas aos anseios coletivos.

No âmbito de construção da práxis educativa anelada, tendo-se como pressuposto a necessidade de proporcionar-se a socialização real do saber historicamente construído a todos, rumo à formação de sujeitos críticos, engajados com o ideal da transformação e instrumentalizados para tanto, delimita-se algumas prerrogativas consideradas essenciais a este contexto: a relação professor-aluno e o compromisso com a aprendizagem.

O primeiro aspecto caracteriza-se pelo inter-jogo onde professor e aluno interagem de maneira ativa, repensando o conhecimento refletidamente, associando significante e significado, criando-se as condições necessárias para o crescimento e a contribuição individual, que somadas entre si, culminarão numa elaboração de relevância social.

Desta forma, “um educador, que se preocupa que sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconscientemente e irrefletidamente, cada plano de sua ação deverá estar marcado por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação”. (LUCHESE, 1996, p.46).

Neste íterim, faz-se necessário a intervenção do professor, não apenas como mediador entre o aluno e o processo de aprendizagem, mas também colocando-se

como sujeito ativo e como articulador, “refletindo sobre a própria grandeza do desenvolvimento humano”. (ANTUNES, 2002, p.11).

Em relação ao compromisso com a aprendizagem, acrescenta-se a importância de se considerar o conhecimento e os sujeitos dentro de seus respectivos contextos, e formalizando-se uma atitude operativa na apropriação dos saberes.

Tendo em vista, a superação da cristalização decorrente de encaminhamentos condicionados pelo tempo, defende-se a manutenção do que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 preconiza no Artigo 63, Inciso III: “programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”, abarcados pelos institutos superiores de educação.

Tal fato vem em resposta às necessidades reais da atualidade no intuito de enriquecer a atuação dos profissionais da educação no contexto da sala de aula, preparando-os para o efetivo alcance dos objetos aos quais a educação se propõe.

“A educação continuada representa a essência da formação resiliente. A concepção arcaica de que um diploma fornece habilitação para exercício de uma atividade profissional para uma vida inteira constitui utopia inimaginável (...)” (ANTUNES, 2003, p.38).

Se a sociedade, o homem, a educação estão em constante movimento e transformação, como dissociar a formação continuada daquele profissional participante deste ideário.

Logo, pensar a Gestão Democrática, no âmbito da Escola Pública, significa analisar o percurso que a educação tem historicamente realizado, considerando o contexto social, político, econômico e cultural, bem como sua especificidade. No entanto, neste processo, a gestão da escola, historicamente vem se configurando a partir dos pressupostos e da lógica da administração geral, considerando a necessidade de adequar-se ao conceito mais geral de administração enquanto “utilização racional de recursos para realização de fins determinados” (PARO, 1993, p.18). Assim a lógica de poder e autoridade construída a partir da lógica capitalista da divisão de tarefas e produtividade se reproduz no âmbito da escola, num processo de reprodução de papéis, idéias e valores, mas constitui-se também em elemento de contradição o que demanda possibilidades de transformação de tal lógica, já que é

outra a especificidade da escola. PARO destaca que “(...) os objetivos da educação não são apenas diferentes da empresa capitalista, mas antagônicos a eles”. Enquanto a eficiência da empresa capitalista reside na produção do lucro, do excedente e dominação do trabalhador, a Escola caracteriza-se por um processo amplo de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos, “sendo uma mediação necessária à humanização do homem, deve buscar a liberdade, articulando-se com valores universais” (IBIDEM, p.7).

A luta pela democratização da escola e a defesa de sua universalidade e qualidade social, se coloca na medida em que entendemos a importância da educação formal no processo de transformação da sociedade, pois como denuncia Paulo Freire: “se a Educação sozinha não muda a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Assim, a escola é um dos instrumentos para a transformação social, quando socializa os conhecimentos, as ciências, a produção tecnológica e cultural produzida pela humanidade. Pensá-la a partir deste pressuposto, implica numa ruptura com a lógica de poder historicamente constituída no interior da escola, que centraliza na figura do diretor a tomada das decisões e resume a organização do trabalho pedagógico, a questões técnicas e burocráticas.

A democratização da escola passa necessariamente pela democratização de sua gestão. Neste aspecto a nova LDB destaca um avanço significativo ao situar a concepção de gestão. A lei 9394/96 em seu Artigo 14 estabelece que:

“Os sistemas de ensino definirão normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Ao estabelecer como concepção a gestão democrática e explicitar como princípio à participação das comunidades escolares, traz grandes responsabilidades tanto para os sistemas de ensino, quanto para as escolas. Pois impõe a necessidade da criação de instrumentos que garantam a participação dos profissionais da educação e de todos os segmentos da escola e da comunidade local. Assim não é mais possível pensar a escola descolada da comunidade em que está inserida.

A concepção de gestão democrática deve orientar toda a organização do trabalho pedagógico na escola e favorecer o fortalecimento dos conselhos escolares como órgão máximo de decisão da escola, sendo o diretor o articulador desse processo. Neste sentido a escolha de diretores é importante não só do ponto de vista da participação democrática, mas também como processo educativo e de amadurecimento do exercício da cidadania. Pois, participação e gestão democrática são processos fundamentais para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico coletivo e resultante das necessidades, aprofundamento teórico e reflexões elaboradas no cotidiano da escola e a partir de suas especificidades.



7. MARCO OPERACIONAL

Definições das ações relativas à formação continuada: professores, funcionários, alunos, representantes de turma, conselheiros e pais, em termo de atendimento às especialidades dos níveis e modalidade de ensino.

O eixo principal para a universalização do ensino está na formação continuada dos profissionais da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – Lei nº 9394/96 estabelece no artigo 67 que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes inclusive, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: (...) II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; (...) IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho...

A formação contínua do Magistério Público deverá ser garantida pela Secretaria de Estado da Educação – SEED e quando feita na modalidade de educação à distância, constará uma parte presencial, como também encontros coletivos para reflexão sobre a prática educacional. A principal atividade do profissional do magistério é sem dúvida a atividade de ensino. E para que este profissional tenha plenas condições de acompanhar todo o avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas é imprescindível garantir-lhe o acesso as tecnologias da informação e comunicação presentes em todas as áreas do conhecimento. Sendo assim, o investimento na formação dos profissionais da educação (inclusive funcionários) exige novas posturas diante das mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas através de projetos coletivos ou em parceria com demais órgãos da sociedade civil.

7.1. Avaliação geral de desempenho

Um dos pontos centrais deve ser a preocupação com o caráter educacional da avaliação que se efetivará mediante a participação de todos, além da tomada de consciência dos indivíduos sobre o papel e o da instituição.

Esta avaliação de desempenho deve ser fundamentada em aspectos políticos, técnicos sociais e éticos.

É fundamental avaliar o todo e enfrentar novos desafios a fim de avançarmos coletivamente em direção a uma educação de qualidade democrática para todos. Será sem duvida a introdução de novos conceitos em avaliação, que dar-se-á anualmente preferencialmente no 2º semestre letivo envolvendo todos os segmentos, desde serviços gerais até a direção. Acontecerá primeiramente com uma auto-avaliação e posteriormente formulário (elaborado pela equipe técnica-administrativa).

7.2. Recuperação de estudo dos alunos

A recuperação é direito de todos e está contemplada nas diretrizes da escola. O objetivo é recuperar os conteúdos trabalhados primando pelos aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos, procurando estabelecer avaliação que não seja classificatória e excludente.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados provas escritas ou orais, trabalhos de pesquisa em grupo e individuais, seminário, apresentação de pesquisas, debates, tarefas complementares, a critério do professor.

Ao final de cada bimestre, cada disciplina deverá ter avaliado os alunos somando o valor total 10,0, distribuídos através dos instrumentos avaliativos acima citados, sendo que, não poderá ser utilizado apenas instrumento único para avaliação dos conteúdos bimestrais, bem como uma única recuperação, o aluno tem direito de ter 100% dos conteúdos recuperados.

A recuperação é paralela ao período letivo. O aluno que apresenta déficit na aprendizagem é trabalhado mais intensamente e de modo diferenciado para recuperar os conteúdos básicos.

A recuperação de alunos de aproveitamento escolar insuficiente proporcionada obrigatoriamente pelo estabelecimento visa a melhoria significativa na aprendizagem.

Após a recuperação de conteúdos, prevalecerá a nota maior.

A escola é um espaço que não se ensina apenas o ler, escrever e calcular, mas promove o desenvolvimento do aluno visando sua formação integral. Portanto o nosso

maior compromisso é voltado para a qualidade de ensino oferecido por ela. Construiremos coletivamente o trabalho pedagógico escolar como um todo em suas especificidades e níveis.

Cabe ressaltar os aspectos a serem trabalhados de forma coletiva:

- Participação dos profissionais da educação na formação continuada;
- Respeito, entendimento e acesso ao Regimento Escolar no que se refere às normas, por todos os membros da comunidade escolar;
- Garantir que as deliberações do Conselho da Escola sejam organizadas, acompanhadas e executadas pela Direção e setor Pedagógico;
- Organizar reuniões constantes com os pais, para haver acompanhamento da vida escolar dos alunos
- Acompanhamento dos resultados de avaliações como o IDEB e a Prova Brasil;
- Realização de eventos com toda a comunidade escolar;
- Divulgação de trabalhos, através de exposições, teatros, feira do conhecimento, competições esportivas, que promovam a melhoria da autoestima, integração e culminância de projetos e trabalhos;
- Garantir uma dinâmica de construção e apresentação de projetos para discussões de prioridades, material pedagógico e administrativo de qualidade necessário para o desenvolvimento das atividades escolares.
- Promover capacitação aos educadores para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com orientação e suporte da Equipe de Ensino do Núcleo para execução de projetos que tratem da Educação das relações étnico-raciais, e os desafios educacionais contemporâneos, Grupo de Estudos e capacitações oferecidas pela SEED/NRE.

7.3. Procedimentos pedagógicos

A Escola Dom Orione, no intuito de organizar e aprimorar o trabalho docente, bem como, oferecer aos alunos momentos diferenciados e dinâmicos de aprendizagem, desenvolve atividades complementares aprimorando os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Atividades desenvolvidas na escola:

- Grupo de Estudo TDAH;
- Resgate de Valores;
- Reciclagem de Lixo;
- Jornal Mural;

Ações desenvolvidas para acompanhamento do Desempenho Escolar:

- Média Diária;
- Acompanhamento da Tarefa de Casa;
- Professor Monitor;
- Aluno Monitor;

Projeto desenvolvido cuja participação é incorporada à média bimestral do aluno:

- PROJETO DE LEITURA: A gratuidade do ato de Ler

- **Justificativa**

Considerando a rejeição visível à leitura demonstrada pelos alunos do 6º ao 9º ano, o projeto visa, através da exploração de todo o material disponível, incentivar a leitura oferecendo à criança a oportunidade de descobrimento de suas capacidades intelectuais, alargamento da dimensão de sua compreensão do universo e ordenação das experiências existenciais já possuídas, assim como a expansão do domínio lingüístico, abrindo as margens da criatividade e leitura crítica do mundo.

- **Objetivo geral**

Vivenciar com as crianças e jovens o mundo mágico da palavra como expressão artística para o deleite do espírito.

- **Objetivos específicos**

- a. Ler e formar leitores;
- b. Modificar a forma de trabalho com a leitura;
- c. Desenvolver o leitor crítico;
- d. Investir nas múltiplas possibilidades de leitura;
- e. Transformar a leitura em hábito e interesse permanente;
- f. Criar condições de ampliação de público e produtores culturais;
- g. Envolver todos os segmentos da escola no circuito do livro.

- **Metodologia**

O projeto acontecerá com a participação de todos os integrantes do ambiente escolar, alunos, professores, equipe diretiva e pedagógica e agente administrativo e agente de apoio.

A leitura acontecerá durante 25 minutos diários, seguindo cronograma prévio, sempre no início da aula. Neste momento toda a escola será mobilizada para realizar a leitura da literatura escolhida com antecedência. Cada turma fará a leitura com o acompanhamento do professor da disciplina responsável pela sala naquele momento.

Será disponibilizado um cronograma mensal contemplando o momento em que a leitura acontecerá, para que os professores e alunos possam se organizar em relação aos livros de leitura, troca e empréstimo de livros na biblioteca, e organização do tempo de aula restante para trabalhar o conteúdo da disciplina.

Na aula que estiver marcada avaliação, a leitura será feita após o término da atividade proposta pelo professor, sendo assim, a leitura será realizada nos 25 minutos finais da aula.

O professor tem a responsabilidade de acompanhar o envolvimento dos alunos no projeto, manter a disciplina, orientar sobre a qualidade do livro escolhido e adequação para faixa etária.

A equipe pedagógica e diretiva tem responsabilidade de organizar os horários, orientar e apoiar o trabalho dos professores e promover a avaliação constante do projeto, primando pela qualidade e desenvolvimento da proposta.

Em acordo com os professores, equipe pedagógica e diretiva, a leitura de gibis e revistas de entretenimento é autorizada somente na sexta- feira. Este aspecto foi definido sob a justificativa de que os alunos demonstram pouco interesse em obras literárias importantes.

- **Recursos materiais**

Prioridade: Literatura – Arte.

Canções, textos teatrais, H. Q. (histórias em quadrinhos), revistas, jornais, informativos, livros, enciclopédias, dicionários, cartazes, faixas, etc.

○ **Recursos humanos**

Professores, alunos, biblioteca, agente de apoio, direção, equipe pedagógica, secretária, inspetoras, merendeiras, assistentes administrativos, recepcionista, mecanógrafo, pais de alunos, visitantes e outros.

Avaliação

Todos estão cientes de que o processo deve conduzir à fruição prazerosa que a leitura proporciona. Os demais atributos vêm por acréscimo. Entretanto, faz-se necessário fazer a avaliação constante da metodologia utilizada no desenvolvimento do projeto através de reuniões e discussões constantes.

Constatadas as falhas quanto à obtenção desta fruição, será repensado o processo, retomar posicionamentos na tentativa de neutralizar atitudes que comprometam negativamente esta atividade.

Haverá pausas para a troca de informação e discussões com os professores e equipe pedagógica para análise da variedade de acervo da biblioteca e qualidade dos livros oferecidos.

O aluno será orientado a analisar sua própria caminhada, seu interesse e progresso, e também retornar posicionamentos toda vez que sentir que houve interrupção ou queda no que tange à fruição prazerosa da leitura. Se ele não conseguir fazer essa auto-análise sozinho, pedirá auxílio e sugestões a professores e equipe pedagógica.

Não haverá atividades avaliativas complementares em relação à leitura feita. O aluno terá acréscimo de um ponto na média bimestral pelo ato de ler, pela assiduidade e responsabilidade quanto ao empréstimo e devolução de livros na biblioteca da escola.

○ **Cronograma**

Diário.....25 minutos;
 Semanal02 horas e 5 minutos;
 Mensal.....08 horas e 20 minutos;
 Anual83 horas e 34 minutos.

8. REFERÊNCIA

BRASIL, **Lei no 4.024**, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL, **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei N° 9394, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **Literatura Infantil**. São Paulo: Lótus. Curitiba: SEED, 2008

FRITZEN, Sílvio José. **Dinâmicas da recreação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

MEYER, Augusto. **Segredos da Infância**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná para a Educação Básica**. Departamento de Educação Básica.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Básico para Escola Publicado Paraná**. Curitiba: SEED, 1990.

PERROTTI, Edmir. **O Texto Sedutor da Literatura Infantil**. São Paulo: Ícone, 1986.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Coleção Cadernos do Ensino Fundamental – 5ª a 8ª séries. Paraná: 1994.

SNYDERS, Georges. **Alunos Felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ZILBERAMAN, Regina; Magalhães, Lúcia Cademartoni. **Literatura Infantil: Autoritarismo e emancipação**. São Paulo: Ática, 1987.

9. ANEXOS – PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

9.1. Língua Portuguesa

➤ Concepção sobre a disciplina

A reforma na educação, promovida pelas Diretrizes Curriculares Estaduais, tem investido significativamente na discussão do fazer pedagógico, norteador fortemente a direção do ensino de língua materna para um trabalho com os gêneros textuais, sejam eles escritos ou orais.

Nos últimos anos, estudiosos da linguagem humana e educadores de diversos países, têm demonstrado por meio de pesquisas e resultados práticos promissores, que nas diferentes esferas de comunicação da sociedade (escola, trabalho, literatura, imprensa, publicidade, política, religião, etc.) as relações sociais entre as pessoas se realizam por meio da produção e recepção de gêneros textuais.

Também a acelerada evolução da tecnologia de comunicação vem propiciando o surgimento de novos gêneros e a renovação de outros para se adaptarem ao meio eletrônico. Conseqüentemente, novas estratégias de seleção e distribuição do conteúdo são empregadas e novos recursos linguísticos são criados para agilizar a transmissão de informação nesse ambiente.

Como proposta para a disciplina de Língua Portuguesa, num contexto histórico-cultural desse idioma, viabiliza-se o ensino da língua padrão por meio de diversos gêneros textuais, proporcionando ao aluno a oportunidade de aprender a usar a linguagem no seu dia a dia, ou seja, adequar a linguagem de acordo com o interlocutor e o ambiente onde se encontra. Por isso, a concepção sociointeracionista de linguagem é a adotada por esta Instituição para o ensino de língua materna tendo-a como objeto de estudo.

➤ Objetivos Gerais da Disciplina

Possibilitar a compreensão da Língua materna, oralidade, escrita e leitura, numa abordagem interdisciplinar privilegiando o questionamento reconstrutivo da realidade,

visando à formação integral do aluno, capacitando-o ao exercício da cidadania organizada e crítica.

Trabalhar o uso literário da linguagem, ressaltando a importância da interlocução que a leitura de textos pode e deve fornecer, ampliando a vivência do aluno com a obra literária, dimensionando-a como experiência transformadora e não mera assimilação de mecanismos codificados de apreciação e escuta.

Compreender a Arte Literária e fazer o melhor uso possível de sua linguagem, em suas múltiplas variedades e nas mais diferentes situações de interação social.

➤ Objetivos Específicos da disciplina

Leitura: espera-se que os alunos: realizem leitura compreensiva dos textos; localizem informações explícitas e implícitas; posicionem-se argumentativamente; ampliem seu horizonte de expectativas; ampliem seu léxico; percebam o ambiente no qual circula o gênero (suporte); identifiquem a ideia principal do texto; analisem as intenções do autor e identifiquem o tema tratado no gênero que estará sendo trabalhado.

Oralidade: almeja-se que os educandos utilizem o discurso de acordo com a situação de produção (formal/informal); apresentem ideias com clareza; obtenham fluência na exposição oral, em adequação ao gênero proposto; compreendam os argumentos no discurso do outro; exponha objetivamente seus argumentos; organizem a sequência da fala; respeitem os turnos de fala; analisem os argumentos apresentados pelos colegas em suas apresentações.

Análise linguística: deseja-se que os alunos expressem suas ideias com clareza; usem recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc.; utilizem adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivos e demais recursos linguísticos e gramaticais.

Produção textual: espera-se que os alunos elaborem textos atendendo: às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); à continuidade temática; diferenciem o contexto de uso da linguagem formal e informal; usem recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade. Os alunos devem desenvolver sua competência linguística para interagirem, quer em discursos formais ou informais. Para

isso serão amparados em: quando dizer, onde dizer, para quem dizer por conseguinte, como dizer.

➤ Conteúdos específicos 6º ano:

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO (oralidade, leitura e escrita)

- Prática da oralidade
 - Variação linguística culta e coloquial
- Prática da leitura
 - Análise comparativa de textos verbais e não-verbais, literários e não-literários.
 - Transposições textuais de vários gêneros.
 - Leitura de entrevistas e reportagens.
 - Momento da leitura (contos, tiras, charges e quadrinhos, poemas, parlendas, acróstico e canções).
 - Leitura de reportagens e textos sobre a cultura afro-brasileira.
 - Leitura de textos sobre a história do Estado do Paraná.
- Prática da escrita
 - Produção textual
 - Reestruturação da escrita.
 - Fenômenos linguísticos.
 - Gramática contextualizada – análise linguística – (Classes gramaticais – substantivo, adjetivo, verbo, pronome, numeral, artigo; Letra, fonema, sílaba; Sílaba átona e tônica; Encontros vocálicos e consonantais; Dígrafos; Acentuação gráfica; Concordância verbal; Análise Leitura e Interpretação de textos (Descritivo, Narrativo); Carta, Bilhete, Cartum, Charge, Poema; Conceito de Literatura Denotação e Conotação; Texto Literário e Texto não literário; Leitura de textos líricos (poesia).

DESDOBRAMENTOS (CONTEÚDOS ESPECÍFICOS)

- Oralidade específica

- Leitura oral do professor e do aluno, com ênfase na entonação.
- Debates sobre temas culturais diversos.
- Apresentações orais de trabalho.
- Dramatizações.
- Mini conferências.
- Leitura específica
 - Charges, ilustrações de poemas, quadrinhos.
 - Leitura livre de revistas, jornais, contos, crônicas e peças teatrais.
 - Anúncios publicitários, poemas e canções, textos de instruções.
 - Leitura e intertextualidade com o Estatuto da Criança e o Adolescente com o poema “Infância” de Carlos Drummond de Andrade e “Bichos” de Manuel Bandeira.
- Escrita específica
 - Produção de cartazes sobre: Prevenção ao Uso de Drogas, Educação Ambiental, Enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente, avisos sobre campanha de vacinação, etc.).
 - Produção de relatórios sobre “Trabalho Infantil”, embasado por leitura de reportagens enfocando: coesão e coerência, pontuação, acentuação e ortografia.
 - Contemplar as outras leis:
 - Lei nº 10.639/03 e Deliberação 04/06 do CEE/PR (História e Cultura Afro-Brasileira e Africana);
 - Lei nº 11645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Africana);
 - Lei nº 9795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental);
 - Lei nº 13381/01 (História do Paraná);
 - Lei nº 11343/06 (Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas);
 - Lei nº 11733/97 e nº 11734/97 (Educação Sexual e Prevenção a AIDS e DST).

OBJETIVOS (DISCURSO)

- Oralidade
 - Oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, e adequar a linguagem conforme as circunstâncias sociais, visando o valor sociolinguístico o qual está inserido.
 - Mostrar ao aluno que essa modalidade de linguagem (a oralidade), em alguns pontos se assemelha, mas em outros diverge da escrita.
 - Oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, e adequar a linguagem conforme as circunstâncias sociais, visando o valor sociolinguístico o qual está inserido.
 - Promover o ensino aprendizagem dessa modalidade, a fim de que o aluno seja capaz de aprimorar sua competência linguística, atingindo, verdadeiramente, o letramento almejado pela escola.
- Leitura
 - Desenvolver a crítica e análise na sua dimensão comparativa, a partir de variedades textuais.
- Escrita
 - Relacionar o uso e aprendizagem da língua através do contato com as diversas formas de escrita e praticá-la dentro de um contexto planejado.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

- Oralidade
 - Apresentação de temas variados (de acordo com o que foi mencionado acima no item: “leitura específica”).
 - Debates, seminários, júris simulados, conferências.
 - Troca de opiniões e informações.
 - Representações teatrais.
 - Confronto entre fala e escrita.
 - Declamação de poemas

- Leitura
 - Leitura de textos literários, lúdicos, jornalísticos, didáticos, instrucionais, científicos e ilustrativos.
- Escrita
 - Produção e reescrita textual.
 - Reestruturação gramatical de acordo com o conteúdo específico abordado.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação contínua e diagnóstica.

- Oralidade
 - Observação da capacidade do aluno em adequar a sua fala de acordo com a situação e o seu interlocutor.
- Leitura
 - Consideração das diferentes leituras de mundo e experiências dos alunos.
 - Escrita
 - Reescrita do texto até que ele esteja de acordo com a proposta textual (gênero-suporte), abrangendo seus aspectos discursivos, textuais, ortográficos, gramaticais e os elementos linguísticos.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

- Registro escrito dos avanços e dificuldades observados durante as apresentações orais seja de forma individual ou coletiva do aluno.
- Trabalhos escritos (produções textuais: cartazes, entrevistas, notícias, poemas, acrósticos, etc.)
- Parte superior do formulário
- Provas descritivas e de múltipla escolha.
- Parte inferior do formulário
- Verificação de exercícios em sala e tarefas.

➤ Conteúdos específicos 7º ano:

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO (ORALIDADE, LEITURA E ESCRITA)

- Prática da oralidade
 - Variação linguística culta e coloquial
- Prática da leitura
 - Análise comparativa de textos verbais e não-verbais, literários e não-literários.
 - Transposições textuais de vários gêneros.
 - Leitura de reportagens, notícias, cartas, e-mail e bilhetes.
 - Leitura de peças teatrais de autores paranaenses.
 - Leitura de textos sobre a cultura afro-brasileira.
- Prática da escrita
 - Produção textual – e-mail, bilhetes, cartas, notícias, reportagens, tiras, quadrinhos, charges.
 - Reestruturação da escrita.
 - Fenômenos linguísticos.
 - Produção de trabalho sobre os países africanos que falam a língua portuguesa.
 - Gramática contextualizada – análise linguística (mudança de classe gramatical, sujeito e predicado, concordância verbal, verbos de ligação, predicativo, tipos de predicado, adjunto adnominal, adjunto adverbial, objeto direto e indireto, ortografia).

DESDOBRAMENTOS (CONTEÚDOS ESPECÍFICOS)

- Oralidade específica
 - Leitura oral do professor e do aluno, com ênfase na entonação.
 - Debates sobre temas culturais diversos.
 - Apresentações orais de trabalho.
 - Dramatizações.
 - Mini-conferências.
- Leitura específica

- Charges, ilustrações, quadrinhos, texto de teatro: “Uma mulher vestida de sol” de Ariano Suassuna
- Textos jornalísticos e publicitários.
- Texto dissertativo; texto científico.
- Leitura livre de revistas, jornais, contos e crônicas.
- Escrita específica
 - Produção de textos: cartazes, textos dissertativo-argumentativo, produção de cartas pessoais, e-mail, bilhetes, convites, avisos, anúncios, enfocando: coesão e coerência, atendimento ao gênero proposto, pontuação, acentuação e ortografia.

OBJETIVOS (DISCURSO)

- Oralidade
 - Oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, e adequar a linguagem conforme as circunstâncias sociais, visando o valor sociolinguístico o qual está inserido.
 - Mostrar ao aluno que essa modalidade de linguagem (a oralidade), em alguns pontos se assemelha, mas em outros diverge da escrita.
 - Oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, e adequar a linguagem conforme as circunstâncias sociais, visando o valor sociolinguístico o qual está inserido.
 - Promover o ensino aprendizagem dessa modalidade, a fim de que o aluno seja capaz de aprimorar sua competência linguística, atingindo, verdadeiramente, o letramento almejado pela escola.
- Leitura
 - Desenvolver a crítica e análise na sua dimensão comparativa, a partir de variedades textuais.
- Escrita
 - Relacionar o uso e aprendizagem da língua através do contato com as diversas formas de escrita e praticá-la dentro de um contexto planejado.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

- Oralidade
 - Apresentação de temas variados.
 - Debates, seminários, júris simulados, conferências.
 - Troca de opiniões e informações.
 - Representações teatrais.
 - Confronto entre fala e escrita
 - Declamação de poemas.
- Leitura
 - Leitura de textos literários, lúdicos, jornalísticos, didáticos, instrucionais, científicos e ilustrativos.
- Escrita
 - Produção e reescrita textual.
 - Reestruturação gramatical de acordo com o conteúdo específico abordado.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação contínua e diagnóstica.

- Oralidade
 - Observação da capacidade do aluno em adequar a sua fala de acordo com a situação e o seu interlocutor.
- Leitura
 - Consideração das diferentes leituras de mundo e experiências dos alunos.
- Escrita
 - Reescrita do texto até que ele esteja de acordo com a proposta textual, abrangendo seus aspectos discursivos, textuais, ortográficos, gramaticais e os elementos linguísticos.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

- Registro escrito dos avanços e dificuldades observados durante as apresentações orais , seja de forma individual ou coletiva do aluno.
- Trabalhos escritos (resenhas, resumos, relatórios, produções textuais, etc.)
- Parte superior do formulário
- Provas descritivas e de múltipla escolha.
- Parte inferior do formulário
- Verificação de exercícios em sala e tarefas.

➤ Conteúdos específicos 8º ano:

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO (oralidade, leitura e escrita)

- Prática da oralidade
 - Variação linguística culta e coloquial
- Prática da leitura
 - Análise comparativa de textos verbais e não-verbais, literários e não-literários.
 - Momento da leitura: leitura de peças teatrais.
 - Leitura de poemas de autores paranaenses
 - Leitura de artigo sobre a história do Estado do Paraná.
 - Leitura de reportagens sobre a cultura afro-brasileira.
 - Leitura de artigos de opinião.
 - Leitura de Contos: “O Enfermeiro” Machado de Assis, “Na Margem do Rio” e “Dois Velinhos” de Dalton Trevisan, “Tentação”, “Primeiro Beijo” e “Felicidade Clandestina” de Clarisse Lispector.
 - Exibição do Filme “O Enfermeiro”, baseado no conto de Machado de Assis.
- Prática da escrita
 - Produção textual: descrição objetiva e subjetiva de cenário, adaptação de textos (contos) para o teatro, questões de interpretação dos contos lidos.
 - Reescrita de textos.

- Fenômenos linguísticos - gramática contextualizada - estudo da língua: aposto e vocativo, pontuação no período simples, oração e período, período composto, orações subordinadas, ortografia, acentuação.
- Produção de trabalho sobre os países que falam a língua portuguesa enfocando: cultura, religião, arte, regime governamental, independência e resumo da história.

DESDOBRAMENTOS (CONTEÚDOS ESPECÍFICOS)

- Oralidade específica
 - Leitura oral do professor e do aluno, com ênfase na entonação.
 - Debates sobre temas discutidos nos contos lidos.
 - Apresentações orais de trabalho (Cultura Afro-brasileira).
 - Contação de histórias.
 - Relatos de peças teatrais e contos lidos aleatoriamente pelos alunos.
- Leitura específica
 - Tragédias, ilustrações, quadrinhos, textos jornalísticos e publicitários.
 - Narrativa específica (peças de teatro e contos).
- Escrita específica
 - Narração, descrição, resumos, os gêneros textuais presentes no jornal (manchetes, lides, charge, crônica, texto publicitário, classificados, notícia e reportagem), textos pragmáticos (cartazes, avisos, etc.).
 - Sintaxe dos períodos simples e composto; orações coordenadas e subordinadas; principais conectivos (conjunções e pronomes).
 - *Pontuação, acentuação e ortografia. (*conteúdos a serem trabalhados em todos os trimestres).

OBJETIVOS (DISCURSO)

- Oralidade
 - Mostrar ao aluno que essa modalidade de linguagem (a oralidade), em alguns pontos se assemelha, mas em outros diverge da escrita.

- Oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, e adequar a linguagem conforme as circunstâncias sociais, visando o valor sociolinguístico o qual está inserido.
- Promover o ensino aprendizagem dessa modalidade, a fim de que o aluno seja capaz de aprimorar sua competência linguística, atingindo, verdadeiramente, o letramento almejado pela escola.
- Leitura
 - Oferecer incentivos e meios para que os educandos leiam além de desenvolver a crítica e análise na sua dimensão comparativa, a partir de variedades textuais.
- Escrita
 - Relacionar o uso e aprendizagem da língua através do contato com as diversas formas de escrita e praticá-la dentro de um contexto planejado.
 - Considerar as funções e o funcionamento da escrita, bem como as condições nas quais é produzida: o aluno deve ter o que dizer, para quem e para que, de modo a poder definir como dizer.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

- Planejar a produção textual a partir da delimitação do tema e do interlocutor, gênero e finalidade.
- Acompanhar a produção de texto e encaminhar a reescrita textual.
- Trabalhar com gêneros textuais diversificado formulando questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto.
- Encaminhar discussões sobre: tema, intenção, intertextualidade, transposição textual.
- Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos promovendo reflexão sobre os argumentos utilizados por eles.
- Oralidade
 - Apresentação de temas variados (presentes nos textos lidos)

- Depoimentos sobre situações vivenciadas pelo aluno (de acordo com os temas abordados nos textos lidos).
- Debates, seminários, júris simulados.
- Troca de opiniões e informações.
- “Confronto” entre fala e escrita.
- Leitura
 - Leitura de textos literários, lúdicos, jornalísticos, didáticos, instrucionais, científicos e ilustrativos.
- Escrita
 - Produção e reescrita textual.
 - Reestruturação gramatical de acordo com o conteúdo específico abordado.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Acompanhamento longitudinal dos alunos, comparando-se as competências leitoras e de produção oral e escrita que cada um apresentou no início do bimestre, com as que vão se seguindo ao longo de todo ano letivo. Espera-se que os alunos revelem progresso no que se refere à ampliação do domínio linguístico.

Avaliação contínua e diagnóstica.

- Oralidade
 - Observação da capacidade do aluno em adequar a sua fala de acordo com a situação e o seu interlocutor.
- Leitura
 - Consideração das diferentes leituras de mundo e experiências dos alunos.
- Escrita
 - Reescrita do texto até que ele esteja de acordo com a proposta textual, abrangendo seus aspectos discursivos, textuais, ortográficos, gramaticais linguísticos.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

- Registro escrito dos avanços e dificuldades observados durante as apresentações orais, seja de forma individual ou coletiva do aluno.
- Trabalhos escritos (produções textuais a partir dos gêneros textuais trabalhados no bimestre, etc.)
- Parte superior do formulário
- Provas descritivas e de múltipla escolha.
- Parte inferior do formulário
- Verificação de exercícios em sala e tarefas.

➤ Conteúdos específicos 9º ano:

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO (ORALIDADE, LEITURA E ESCRITA)

- Prática da oralidade
 - Variação linguística culta e coloquial
- Prática da leitura
 - Análise comparativa de textos verbais e não-verbais, literários e não-literários.
 - Transposição textual (ex: não-verbal para verbal e vice-versa).
 - Momento da leitura (Poesias).
 - Leitura de textos publicitários.
- Prática da escrita
 - Produção textual
 - Reestruturação da escrita.
 - Fenômenos linguísticos.
 - Gramática contextualizada

DESDOBRAMENTOS (CONTEÚDOS ESPECÍFICOS)

- I - Oralidade específica
 - Leitura oral do professor e do aluno, com ênfase na entonação.
 - Debates sobre temas culturais diversos (de acordo os temas dos textos trabalhados em sala de aula).

- Apresentações orais de trabalho.
- Declamações de poemas.
- Leitura específica
 - Os gêneros textuais presentes no jornal (charges, ilustrações, quadrinhos, notícia, crônica, anúncio classificado, reportagem, texto publicitário)
 - Textos poéticos e argumentativos.
 - Leitura livre de revistas, jornais, contos e crônicas.
- Escrita específica
 - Poemas, parágrafo dissertativo, resumos, produção de anúncio classificado, texto publicitário (slogan e logotipo).
 - Estrutura e formação de palavras; crase (regência); figuras de palavras e figuras de sintaxe.
 - *Pontuação, acentuação e ortografia. (*conteúdos a serem trabalhados em todos os trimestres).

OBJETIVOS (DISCURSO)

- Oralidade
 - Mostrar ao aluno que essa modalidade de linguagem (a oralidade), em alguns pontos se assemelha, mas em outros diverge da escrita.
 - Oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, e adequar a linguagem conforme as circunstâncias sociais, visando o valor sociolinguístico o qual está inserido.
 - Promover o ensino aprendizagem dessa modalidade, a fim de que o aluno seja capaz de aprimorar sua competência linguística, atingindo, verdadeiramente, o letramento almejado pela escola.
- Leitura
 - Desenvolver a crítica e análise na sua dimensão comparativa, a partir de variedades textuais.

- Escrita
 - Relacionar o uso e aprendizagem da língua através do contato com as diversas formas de escrita e praticá-la dentro de um contexto planejado.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

- Oralidade
 - Apresentação de temas variados.
 - Debates, seminários, júris simulados.
 - Troca de opiniões e informações.
 - Declamações poéticas.
- Leitura
 - Leitura de textos literários, lúdicos, jornalísticos, didáticos, instrucionais, científicos e ilustrativos.
 - Escrita
 - Produção e reescrita textual.
 - Reestruturação gramatical de acordo com o conteúdo específico abordado.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação contínua e diagnóstica.

- Oralidade
 - Observação da capacidade do aluno em adequar a sua fala de acordo com a situação e o seu interlocutor.
- Leitura
 - Consideração das diferentes leituras de mundo e experiências dos alunos.
- Escrita
 - Reescrita do texto até que ele esteja de acordo com a proposta textual, abrangendo seus aspectos discursivos, textuais, ortográficos, gramaticais e os elementos linguísticos.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

- Registro escrito dos avanços e dificuldades observados durante as apresentações orais, seja de forma individual ou coletiva do aluno.
- Trabalhos escritos (resenhas, resumos, relatórios, produções textuais, etc.)
- Parte superior do formulário
- Provas descritivas e de múltipla escolha.
- Parte inferior do formulário
- Verificação de exercícios em sala e tarefas.

➤ Referências

AZEVEDO, Dirce Guedes de. **Palavra & Criação: língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1997.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Linguagem Nova**. São Paulo: Ática, 2003.

FINAU, Rossana Aparecida. **Língua Portuguesa: rumo ao letramento**. Curitiba: Base, 2002.

PARANÁ, Secretaria de Educação. Diretrizes Curriculares: Ensino Fundamental 1º E 2º ciclos: língua portuguesa. Curitiba: DEF/SEED, 2005.

SILVA, Lucinéia Furtado da. **O trabalho com o gênero textual reportagem em sala de aula**. 67 p. Monografia (Especialização no ensino de língua portuguesa e literatura brasileira) Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SARGENTIM, Hermínio G. **Atividades de Comunicação em Língua Portuguesa**. São Paulo: IBEP, 1999.

9.2. Matemática

➤ Apresentação e justificativa:

A filosofia e os objetivos das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9394/96) norteiam as ações didático-pedagógicas da Escola Estadual Dom Orione. Então, a escola propõe um currículo crítico e desafiador, buscando construir uma escola que esteja comprometida com os interesses e as aspirações das camadas populares, tendo em mente as concepções fundamentais de sociedade, escola, cultura, ciência e tecnologia. O que exige ações efetivas, análises, retomadas, investigações e realimentação do processo, como fruto de um panorama estruturado e com comprometimento real e dinâmico.

A ideia de que matemática trabalhada em sala de aula deve ser uma interação entre a matemática formal (científica) e a matemática informal (do cotidiano) está em consonância com a proposta curricular da escola bem como a questão do objeto de estudo da Matemática encontrar-se em construção e estar centrado na prática pedagógica englobando as relações entre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático.

A matemática do cotidiano resulta da atividade humana, e é uma forma particular de organizar objetivos e situações no mundo real, a qual permite estabelecer relações com a matemática formal (científica), o que faz melhorar bastante o aprendizado dessa ciência como diz LAGO (1998, p.90), “através da harmonia entre aspectos prático e formalista, permite o estudo analítico, das relações estabelecidas entre o homem e a realidade que o cerca, instrumentalizando-o para uma ação participativa e transformadora sobre as sociedades em que vive”.

Nesse intento, faz-se necessário um trabalho teórico-prático que leve em conta conteúdos significativos e contextualizados, valorizando e respeitando o conhecimento cultural adquirido pelos educandos nas suas relações sociais, sem esquecer o caráter científico da disciplina e do conteúdo matemático. D'AMBRÓSIO (2001, p.42) afirma que “reconhecer e respeitar as raízes de um indivíduo não significa ignorar e rejeitar as raízes do outro, mas num processo de síntese, reforçar suas próprias raízes”,

analisando, refletindo e trabalhando de forma interdisciplinar os desafios contemporâneos:

- História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Africana;
- Política Nacional de Educação Ambiental;
- Educação Sexual e Prevenção a AIDS e DST;
- Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas;
- História do Paraná.

Destaca-se assim, a importância do objetivo de estudo dessa disciplina de formar cidadãos críticos com capacidade de análise e tomada de decisões nas diversas situações do cotidiano, utilizando para isso o conhecimento matemático adquirido na sua vida.

Para isso têm-se como objetivo nos anos finais do Ensino Fundamental:

- Desenvolver a capacidade de analisar, comparar, conceituar, representar, abstrair e generalizar;
- Desenvolver a capacidade de julgamento e o hábito de concisão e rigor;
- Habituá-lo ao estudo, atenção, responsabilidade e cooperação;
- Conhecer, interpretar e utilizar corretamente a linguagem matemática associando-se com a linguagem usual;
- Adquirir conhecimentos básicos, a fim de possibilitar sua integração na sociedade em que vive;
- Desenvolver, a partir de suas experiências, um conhecimento organizado que proporcione a construção de seu aprendizado tornando-o num cidadão consciente e atuante na sociedade;
- Desenvolver um pensamento reflexivo que lhe permita a elaboração de conjecturas, a descoberta de soluções e capacidade de concluir;
- Associar a Matemática a outras áreas do conhecimento;
- Construir uma imagem da Matemática como algo agradável e prazeroso, desmistificando o mito da “genialidade”.

➤ Conteúdos

ANO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
6º ANO	NÚMEROS E ALGEBRA	Sistemas de numeração; Números Naturais; Múltiplos e divisores; Potenciação e radicação; Números Fracionários; Números decimais Medidas de comprimento; Medidas de massa; Medidas de área; Medidas de volume; Medidas de tempo; Medidas de ângulos; Sistema monetário. Geometria Plana; Geometria Espacial. Dados, tabelas e gráficos; Porcentagem.
SÉRIE/ANO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
7º ANO	NÚMEROS E ÁLGEBRA	Números inteiros; Números racionais; Equação e inequação do 1º grau; Razão e proporção; Regra de três simples. Medidas de temperatura; Medidas de ângulos. Geometria Plana; Geometria Espacial; Geometrias não-euclidianas. Pesquisa Estatística; Média Aritmética; Moda e mediana; Juros simples.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	Números Racionais e irracionais; Sistemas de Equações do 1º grau; Potências; Monômios e Polinômios; Produtos Notáveis.
	GEOMETRIAS	
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	
	NÚMEROS E ÁLGEBRA	

SÉRIE/ANO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
8º ANO	GRANDEZAS E MEDIDAS	Medidas de comprimento; Medidas de área; Medidas de volume; Medidas de ângulos Geometria Plana; Geometria Espacial; Geometria Analítica; Geometrias não-euclidianas.
	GEOMETRIAS	Gráfico e Informação; População e amostra.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	Números Reais; Propriedades dos radicais; Equação do 2º grau; Teorema de Pitágoras; Equações Irracionais; Equações Biquadradas; Regra de Três Composta.
	NÚMEROS E ÁLGEBRA	

SÉRIE/ANO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
9º ANO	GRANDEZAS E MEDIDAS	Relações Métricas no Triângulo Retângulo; Trigonometria no Triângulo Retângulo.
	FUNÇÕES	Noção intuitiva de Função Afim; Noção intuitiva de Função Quadrática.
	GEOMETRIAS	Geometria Plana; Geometria Espacial; Geometria Analítica; Geometrias não-euclidianas.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	Noções de Análise Combinatória; Noções de Probabilidade; Estatística; Juros Compostos.

➤ Metodologia

O professor como mediador entre o conhecimento matemático e o aluno, precisa ter um sólido conhecimento dos conceitos e procedimentos dessa área como ciência dinâmica, sempre aberta à incorporação de novos conhecimentos. É necessário tornar o saber matemático possível de ser ensinado, aprendido.

O conhecimento aprendido deve ser generalizado, transferido a outros contextos. Para que a aprendizagem apresente melhoras nos resultados é preciso que sejam

desenvolvidas capacidades de natureza prática para lidar com a atividade matemática, o que permite ao aluno reconhecer problemas, buscar e selecionar informações, tomar decisões.

É fundamental não subestimar o potencial matemático dos alunos, reconhecendo que resolvem problemas, mesmo complexos, ao lançar mão de conhecimentos sobre o assunto e buscar estabelecer relações entre o já conhecido e o novo.

O professor funciona como organizador e mediador da aprendizagem. O professor é responsável por arrolar os procedimentos empregados e as diferenças encontradas, promover debate sobre resultado e método, orientar reformulações e valorizar as soluções mais adequadas.

Atua também como organizador quando estabelece as condições para a realização das atividades e fixa prazos respeitando o ritmo de cada aluno.

Destaca-se ainda a tarefa de avaliador do processo, que também é parte integrante do papel do professor. Ao procurar identificar e interpretar, mediante observação, diálogo e instrumentos apropriados, sinais e indícios das competências desenvolvidas pelos alunos, o professor pode julgar se as capacidades indicadas nos objetivos estão se desenvolvendo a contento ou se é necessário reorganizar a atividade pedagógica para que isso aconteça.

Pela Educação Matemática, almeja-se um ensino que possibilite aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias.

➤ Critérios de avaliação

- Os erros não devem ser apenas constatados. Havendo uma diagnose, é necessário que haja um tratamento adequado. Devem-se trabalhar os caminhos e explorar as possibilidades advindas destes erros, que resultam de uma visão parcial que o aluno possui do conteúdo.
- A avaliação não pode ser fundamentada apenas em provas bimestrais, mas deve ocorrer ao longo do processo de aprendizagem proporcionando ao aluno múltiplas possibilidades de expressar e aprofundar a sua visão do conteúdo trabalhado.

- Apesar dessa diferenciação não se pode perder de vista que há um conhecimento cuja apropriação pelo aluno é fundamental. É esse conhecimento, sintetizado em um currículo básico, que irá dar o critério final para a avaliação.
- Numa avaliação o resultado não é o único elemento a ser contemplado. É necessário observar o processo de construção do saber científico e para isso, a avaliação deve ser necessariamente diagnóstica, cognitiva, contínua, diversificativa, cumulativa e mediadora, dentro do processo ensino-aprendizagem, onde o professor dará um novo encaminhamento metodológico, dando significado ao conteúdo trabalhado e compreensão por parte do aluno, buscando diversos instrumentos (formas escritas, orais e de demonstração), incluindo o uso de materiais manipuláveis, computador e/ou calculadora. E para que isto aconteça, é fundamental o diálogo entre professores e alunos, na tomada de decisões, nas questões relativas aos critérios utilizados para se avaliar, na função da avaliação e nas constantes retomadas avaliativas, se necessário levando ao desenvolvimento social e intelectual do aluno.

➤ Referências

Barroso, Juliane Matsubara (org.). **Projeto Araribá: Matemática: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries.** 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná – 1990.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Diretrizes Curriculares de Matemática para o Ensino Fundamental – versão preliminar – julho/2006.

LAGO, Samuel. **PCN'S da teoria à prática.** Campina Grande do Sul: Lago, 1998.

Mori, Iracema e Onaga, Dulce Satiko. **Matemática: Idéias e Desafios, 5ª 6ª, 7ª e 8ª séries.** 14. Ed. Reform. São Paulo: Saraiva, 2005.

Tossato, Cláudia Miriam (org.). **Matemática: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries.** 2ª Ed. Curitiba:

9.3. Ciências

➤ Apresentação e Justificativa da disciplina de Ciências

A disciplina de Ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico que resultou pra investigação da Natureza. Entendendo por Natureza, do ponto de vista científico, o conjunto de elementos integradores que constituem o Universo em toda sua complexidade.

Ao ser humano cabe interpretar racionalmente os fenômenos observados na Natureza, resultantes das relações entre elementos fundamentais como tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo energia e vida. Cabe também compreender e explicar esses fenômenos e suas interferências no mundo, valorizando a dúvida, a contradição, a diversidade, a divergência e o questionamento das certezas e incertezas e da interferência positiva ou negativa do homem no ecossistema. Objetivando através da função social dos conteúdos educando para a formação do cidadão questionador e transformador da sociedade.

➤ Pressupostos teóricos

Compreender e explicar os fenômenos da natureza e suas interferências no mundo, valorizando a dúvida, a contradição, a diversidade e a divergência, o questionamento das certezas e incertezas e da interferência positiva ou negativa do homem no ecossistema. Levando em consideração a função social dos conteúdos educando para a formação do cidadão questionador e transformador da sociedade da qual faz parte.

➤ Conteúdos Estruturantes de Ciências do 6º ao 9º ano

- Astronomia;
- Matéria;
- Sistemas Biológicos;
- Energia;
- Biodiversidade.

➤ Conteúdos Básicos do 6º ano:

- Universo;
- Sistema Solar;
- Movimentos Terrestres;
- Movimentos Celestes;
- Constituição da matéria;
- Níveis de Organização Celular;
- Formas de Energia;
- Transmissão de Energia;
- Organização dos seres vivos;
- Ecossistema;
- Evolução dos seres vivos.

➤ Conteúdos Básicos do 7º ano:

- Astros;
- Movimentos Terrestres;
- Movimentos Celestes;
- Constituição da matéria;
- Célula;
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos;
- Formas de energia;
- Origem da vida;
- Organização dos seres vivos;
- Sistemática.

➤ Conteúdos Básicos do 8º ano:

- Origem e evolução do Universo;
- Constituição da matéria;
- Célula;
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos;

- Formas de energia;
- Evolução dos seres vivos.

➤ Conteúdos Básicos do 9º ano:

- Astros – Gravitação universal;
- Propriedades da matéria;
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos;
- Mecanismos de herança genética;
- Formas de energia;
- Interações ecológicas.

➤ Conteúdos Específicos: 6º ano

Conteúdos específicos:

- Ambiente;
- Ecologia;
- Ar;
- Água;
- Solo;
- Noções de astronomia.

Tema essencial do ano:

- Água

Conhecimentos físicos:

- Estados físicos da água;
- Mudanças de estado físico da água;
- Ciclo da água;
- Pressão exercida pelos líquidos – empuxo.

Conhecimentos químicos:

- Composição da água;
- Água como solvente universal;
- Soluções em misturas.

Conhecimentos biológicos:

- Disponibilidade da água na natureza;
- Contaminação da água: doença, preservação e tratamento.

➤ Conteúdos Específicos: 7º ano

Conteúdos específicos:**REINOS DA NATUREZA:**

- Monera;
- Protista;
- Fungi;
- Animalia;
- Plantae

Tema essencial do ano:

- INTER-RELAÇÃO ENTRE OS SERES VIVOS E O AMBIENTE

Conhecimentos físicos:

- População: taxas e fatores que influenciam

Conhecimentos químicos:

- Comunidade: transferência de matéria e energia (ciclos bioquímicos), teias e cadeias alimentares;
- Fotossíntese: importância do processo de produção e armazenamento de energia química (glicose).

Conhecimentos biológicos:

- Seres vivos;
- Ambiente;
- Biosfera;
- Ecossistema;
- Comunidade;
- População;
- Indivíduo;
- Habitat;

- Nicho ecológico;
- Teias e cadeias alimentares;
- Produtores;
- Consumidores e decompositores.

➤ Conteúdos Específicos: 8º ano

Conteúdos específicos:

- Organização do corpo humano:
 - Células;
 - Tecidos;
- Sistemas
 - Digestório;
 - Respiratório;
 - Circulatório;
 - Urinário;
 - Esquelético;
 - Muscular;
 - Nervoso;
 - Endócrino.
- Reprodução;
- Genética.

Tema essencial do ano:

- CORPO HUMANO COMO UM TODO INTEGRADO

Conhecimentos físicos:

- Transporte de nutrientes;
- Próteses (aparelhos produzidos para corrigir deficiências);
- Radiação;
- Drogas;
- Automedicação.

Conhecimentos químicos:

- Hábitos alimentares;

- Transformações dos alimentos;
- Transformações energéticas;
- Eliminação de resíduos.

Conhecimentos biológicos:

- Disfunção do sistema digestório (obesidade, anorexia e bulimia);
- Acidente vascular;
- Enfarte;
- Hipertensão;
- Arteriosclerose;
- Enfisema pulmonar;
- Asma;
- Nefrite;
- Cistite;
- Métodos anticoncepcionais;
- Defesas do organismo;
- Efeitos das drogas;
- Prevenção.

➤ Conteúdos Específicos: 9º ano

Conteúdos específicos:

- Química:
 - Matéria e energia;
 - Fenômenos físicos e químicos;
 - O átomo;
 - Elementos químicos;
 - Classificação periódica dos elementos;
 - Ligações químicas;
 - Substâncias e misturas;
 - Funções químicas;
 - Reações químicas;

- Física:
 - Mecânica, cinemática, estática, dinâmica;
 - Óptica;
 - Termologia;
 - Acústica;
 - Eletricidade;
 - Magnetismo.

Tema essencial do ano:

- TECNOLOGIA

Conhecimentos físicos:

- Temperatura;
- Calor;
- Diferenças entre os conceitos de calor e temperatura;
- Equilíbrio térmico;
- Transferência de calor;
- Transmissão de calor;
- Isolamento térmico;
- Movimento e locomoção;
- Densidade;
- Velocidade e aceleração;
- Força de atrito;
- Fontes alternativas de energia;
- Fenômenos: superaquecimento do planeta; efeito estufa; destruição da camada de ozônio; alterações de temperatura e mudanças de estados físico da matéria;
- Força gravitacional.

Conhecimentos químicos:

- Metabolismo: transformação da matéria e da energia;
- Potencial de hidrogênio (pH);
- Água como solvente universal;

- Soluções e misturas universal;
- Soluções e misturas heterogenias;
- Gases nobres: suas propriedades e aplicações;
- Gases tóxicos;
- Resíduos industriais;
- Metais pesados;
- Prevenção e recuperação de áreas degradadas por agentes químicos;
- Prevenção e tratamento dos efeitos nocivos resultantes do contato com agentes químicos;
- Diagnóstico: exames clínicos;
- Tratamento: quimioterapia;
- Substâncias tóxicas de uso doméstico;
- Substâncias tóxicas de uso agrícola.

Conhecimentos biológicos:

- Contaminação do solo;
- Condições para manter a fertilidade do solo;
- Estações de tratamento de água, de esgoto e do lixo (aterros sanitários, reaproveitamento e reciclagem do lixo);
- Biotecnologia da utilização de microorganismos e vegetais;
- Indústria farmacêutica, química e alimentícia;
- Tecnologias associadas, química e alimentícia;
- Tecnologias associadas ao diagnostico e tratamento das DSTs.

➤ Metodologia da disciplina

Abordagem articulada entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos trabalhando os conteúdos específicos por ano: “Água, Ar e solo” n 6º ano, “Seres vivos” no 7º ano, “Corpo humano” no 8º ano e “Química e física” no 9º ano, buscando estabelecer inter-relações entre os conteúdos escolhendo um tema essencial por ano, estabelecendo relações, integrando e contextualizando os conteúdos de um ano com os outros.

Tema essencial por ano:

- 6º ANO: água.
- 7º ANO: inter-relações entre os seres vivos e o ambiente.
- 8º ANO: corpo humano como um todo integrado.
- 9º ANO: Tecnologia.

Trabalharemos nesses conteúdos (temas essenciais), os conhecimentos químicos físicos e biológicos e em todos os anos serão trabalhados os conteúdos estruturantes: astronomia, matéria, sistemas biológicos, energia, biodiversidade, saúde e tecnologia.

➤ Avaliação.

A avaliação se dará ao longo do processo de ensino-aprendizagem possibilitando ao professor por meio de uma interação diária com os alunos verificar em que medida os alunos se apropriam dos conteúdos específicos estudados nesse processo, verificando a necessidade de retomada de conteúdos.

Instrumentos avaliativos diversificados não centrado em uma única atividade ou método avaliativo:

- Provas objetivas, provas subjetivas;
- Participação do aluno: interpretação, discussão, argumentação;
- Jogos;
- Trabalho com sucata;
- Construção de modelo didático;
- Laboratórios: ciências, informática e multimídia.

9.4. Geografia

➤ Apresentação Geral da Disciplina:

O espaço em que vivemos resulta das inter-relações existentes entre a sociedade e a paisagem natural. É, portanto, resultado de interesses, objetivos e necessidades dos diversos grupos sociais que o transformam e o reorganizam.

A geografia, como área de conhecimento, caracteriza-se por estudar a organização do espaço. A paisagem, sempre passível de mudanças, vem a ser referência concreta para chegar a explicação às relações estabelecidas “isto possibilita a compreensão da dinâmica do espaço, que não pode ser estudada desvinculada da sociedade”.

A geografia como ciência do espaço, estuda mudanças das características naturais da paisagem devido à dinâmica da natureza e discute as modificações da paisagem em consequência da ação da sociedade.

Portanto o ensino da geografia tem como preocupação fundamental oferecer subsídios ao desenvolvimento da cidadania, fazendo o aluno compreender criticamente o mundo em que vive desde a escala local até a global. Essa visão deverá fornecer condições de uma leitura analítica e reflexiva das relações entre a sociedade e a natureza.

Nestas Diretrizes Curriculares, o objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade (LEFEBVRE, 1974), composto pela inter-relação entre sistemas de objetos – naturais, culturais e técnicos – e sistemas de ações – relações sociais, culturais, políticas e econômicas (SANTOS, 1996).

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1996, p. 51).

➤ Objetivos Gerais:

O ensino da Geografia alfabetizará, ininterruptamente o aluno para a leitura do Espaço Geográfico. Ler e interpretar o espaço Geográfico exige mais do que saber o que ele é, do que é constituído.

Espera-se que, ao término do Ensino Fundamental, os alunos construam um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionadas à geografia, que lhes permita ser capaz de:

Conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão, de como as paisagens, os lugares e os territórios se constroem;

Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços e tempos, de modo que construa referências que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões sócio-ambientais;

Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar;

Compreender a espacialidade e a temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;

Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos e as transformações socioculturais são conquistas ainda não usufruídas por todos os seres humanos;

Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa de geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, identificando suas relações, problemas e contradições;

Orientá-los a compreender a importância das diferentes linguagens na leitura da paisagem, desde imagens, músicas e literatura de dados e de documentos de diferentes fontes de informações;

Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sócio diversidade.

➤ Conteúdos Estruturante:

- Dimensão econômica do espaço geográfico
- Dimensão política do espaço geográfica

- Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico
- Dimensão sócio ambiental do espaço geográfico.

➤ Conteúdos Básicos: 6º ano

- Formação e transformação das paisagens naturais e culturais.
- Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e Produção.
- A formação, localização e exploração dos recursos naturais
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a reorganização do espaço geográfico.
- As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista
- A mobilidade populacional e as manifestações sócio espaciais da diversidade Cultural.
- A evolução demográfica, a distribuição espacial da população e os Indicadores Estatísticos.
- As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- A cultura afro-brasileira e indígena.
- Paisagens Naturais (Relevo Paranaense).
- Nosso Estado, nossa gente (população absoluta , relativa ou demográfica paranaense).
- Incentivo, valorização e importância da escolaridade para o trabalho.

➤ Conteúdos Básicos: 7º ano

- Formação território brasileira.
- A formação, mobilidade das fronteiras e a re-configuração do território brasileiro.
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
- As diversas regionalizações do espaço brasileiro.
- A mobilidade populacional e as manifestação sócio espaciais da diversidade cultural.

- A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e indicadores Estatísticos.
- Movimentos migratórios e suas motivações.
- O espaço rural e a modernização da agricultura.
- Os movimentos sociais, urbanos e rurais, e a apropriação do espaço.
- O formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a Urbanização.
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a reorganização do espaço geográfico .
- A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações .
- A cultura afro-brasileira e indígena, estudo das aldeias.
- O comércio e outras atividades econômicas paranaenses.
- Incentivo, valorização e importância da escolaridade para o trabalho.

➤ Conteúdos Básicos: 8º ano

- As diversas regionalizações do espaço geográfico.
- A formação, mobilidade das fronteiras e a re-configuração dos territórios do continente americano.
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.
- O comércio em suas implicações sócio espaciais.
- A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e informações .
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a reorganização do espaço geográfico .
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.
- O espaço rural e a modernização da agricultura .
- A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos.
- Os movimentos migratórios e suas motivações .
- A mobilidade populacional e as manifestações sócio espaciais da diversidade cultural;

- A formação, o localização, exploração dos recursos naturais.
- Cultura Afro-brasileira e indígena , distribuição da população afro-descendentes no Brasil .
- Nosso Estado: nossas regiões (paranaense)
- Incentivo, valorização e importância da escolaridade para o trabalho.

➤ Conteúdos Básicos: 9º ano

- As diversas regionalizações do espaço geográfico.
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.
- A revolução técnica - científico - informacional e os novos arranjos no espaço da produção.
- O comércio mundial e as implicações sócias espaciais.
- A formação, mobilidade das fronteiras e a re-configuração territórios.
- A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos.
- A mobilidade populacional e as manifestações sócias espaciais da diversidade cultural.
- Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações.
- A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a reorganização do espaço geográfico .
- A formação, localização, exploração dos recursos naturais;
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.
- História e cultura Afro-brasileira e indígena , localização no mapa e pesquisa sobre a atualidade de alguns países (como vivem a população, idioma, economia, cultura, história, música, religião).
- A produção das indústrias paranaenses. Bacias Hidrográficas do Paraná.
- O desenvolvimento do campo e sua fundamental importância para o desenvolvimento no país.

- Incentivo, valorização e importância da escolaridade para o trabalho.

➤ Justificativa:

Os conteúdos estruturantes se inter-relacionam e reúnem em seus conteúdos específicos, os grandes conceitos geográficos (sociedade, natureza, território, região, paisagem, lugar, entre outros) que somente inter-relacionados tornam-se significativos e contribuem para a compreensão do Espaço Geográfico. Tal afirmativa justifica não adotarmos a organização por série dos conteúdos.

➤ Metodologia:

A Metodologia da geografia coloca o saber geográfico como algo construído guardando em si uma intencionalidade, em que o aluno possa interagir com sua individualidade e criatividade, não somente para compreender o mundo, mas também para construir o seu saber sobre esse mundo fortalecendo sua auto estima. Durante o processo o professor deve estar atento para a formação de conceitos geográficos básicos (região, paisagem, espaço, lugar, território, sociedade) utilizando para tal recursos disponíveis, globo, mapas, transparências, vídeos, programas educativos, reportagens, leitura e compreensão de textos, trabalhos em grupos e individual, pesquisas, seminários, leitura de gráficos e tabelas.

Os conteúdos da Geografia devem ser trabalhados de forma crítica e dinâmica, interligados com a realidade próxima e distante dos alunos, em coerência com os fundamentos teóricos propostos neste documento.

O processo de apropriação e construção dos conceitos fundamentais do conhecimento geográfico se dá a partir da intervenção intencional própria do ato docente, mediante um planejamento que articule a abordagem dos conteúdos com a avaliação (CAVALCANTI, 1998). No ensino de Geografia, tal abordagem deve considerar o conhecimento espacial prévio dos alunos para relacioná-lo ao conhecimento científico no sentido de superar o senso comum.

Ao invés de simplesmente apresentar o conteúdo que será trabalhado, recomenda-se que o professor crie uma situação problema, instigante e provocativa. Essa problematização inicial tem por objetivo mobilizar o aluno para o conhecimento.

Por isso, deve se constituir de questões que estimulem o raciocínio, a reflexão e a crítica, de modo que se torne sujeito do seu processo de aprendizagem (VASCONCELOS, 1993).

Outro pressuposto metodológico para a construção do conhecimento em sala de aula é a contextualização do conteúdo. Na perspectiva teórica destas Diretrizes, contextualizar o conteúdo é mais do que relacioná-lo à realidade vivida do aluno, é, principalmente, situá-lo historicamente e nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais, em manifestações espaciais concretas, nas diversas escalas geográficas.

Sempre que possível o professor deverá estabelecer relações interdisciplinares dos conteúdos geográficos em estudo, porém, sem perder a especificidade da Geografia. Nas relações interdisciplinares, as ferramentas teóricas próprias de cada disciplina escolar devem fundamentar a abordagem do conteúdo em estudo, de modo que o aluno perceba que o conhecimento sobre esse assunto ultrapassa os campos de estudo das diversas disciplinas, mas que cada uma delas tem um foco de análise próprio.

O professor deve, ainda, conduzir o processo de aprendizagem de forma dialogada, possibilitando o questionamento e a participação dos alunos para que a compreensão dos conteúdos e a aprendizagem crítica aconteçam. Todo esse procedimento tem por finalidade que o ensino de Geografia contribua para a formação de um sujeito capaz de interferir na realidade de maneira consciente e crítica.

➤ Critérios de avaliação:

A LDB determina a avaliação formativa, que é desenvolvida no processo de ensino-aprendizagem, que constituem-se num dos elementos de interação entre professor/aluno/conhecimento. A avaliação deve ser contínua, observando-se o desenvolvimento diário dos alunos, não só em termos de assimilação de conteúdos como também as posturas ou atitudes sociais que serão por eles desenvolvidos.

Os conteúdos são meios para atingir um fim maior, que é o desenvolvimento de atitudes sociais.

Será necessário, então, diversificar as técnicas e os instrumentos de avaliação.

Ao invés de avaliar apenas por meio de provas, o professor pode usar técnicas e instrumentos que possibilitem várias formas de expressão dos alunos, como:

- Interpretação e produção de textos de Geografia;
- Interpretação de fotos, imagens, gráficos, tabelas e mapas;
- Pesquisas bibliográficas;
- Relatórios de aulas de campo;
- Apresentação e discussão de temas em seminários;
- Construção, representação e análise do espaço através de maquetes, entre outros.

A avaliação é parte do processo pedagógico e, por isso, deve tanto acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor.

➤ Referências

_____. **Diretrizes Curriculares para a disciplina de Geografia**, 2009.

_____. **Lei 13.381**, de 18 de dezembro de 2001. Torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos da disciplina história do Paraná. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, n. 6134, 18 dez. 2001.

_____. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2004.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. In: BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL/MEC, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília- DF, 2004.

CARLOS, A. F. A. (org.) **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. DIAMANTINO, Alves Correia Pereira. **Geografias do Mundo** – 1. Ed. – São Paulo: FTD, 2006. – (Coleções geografias do mundo)

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1998.

Lei nº 11343/06 (Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas);

Lei nº 11645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Africana);

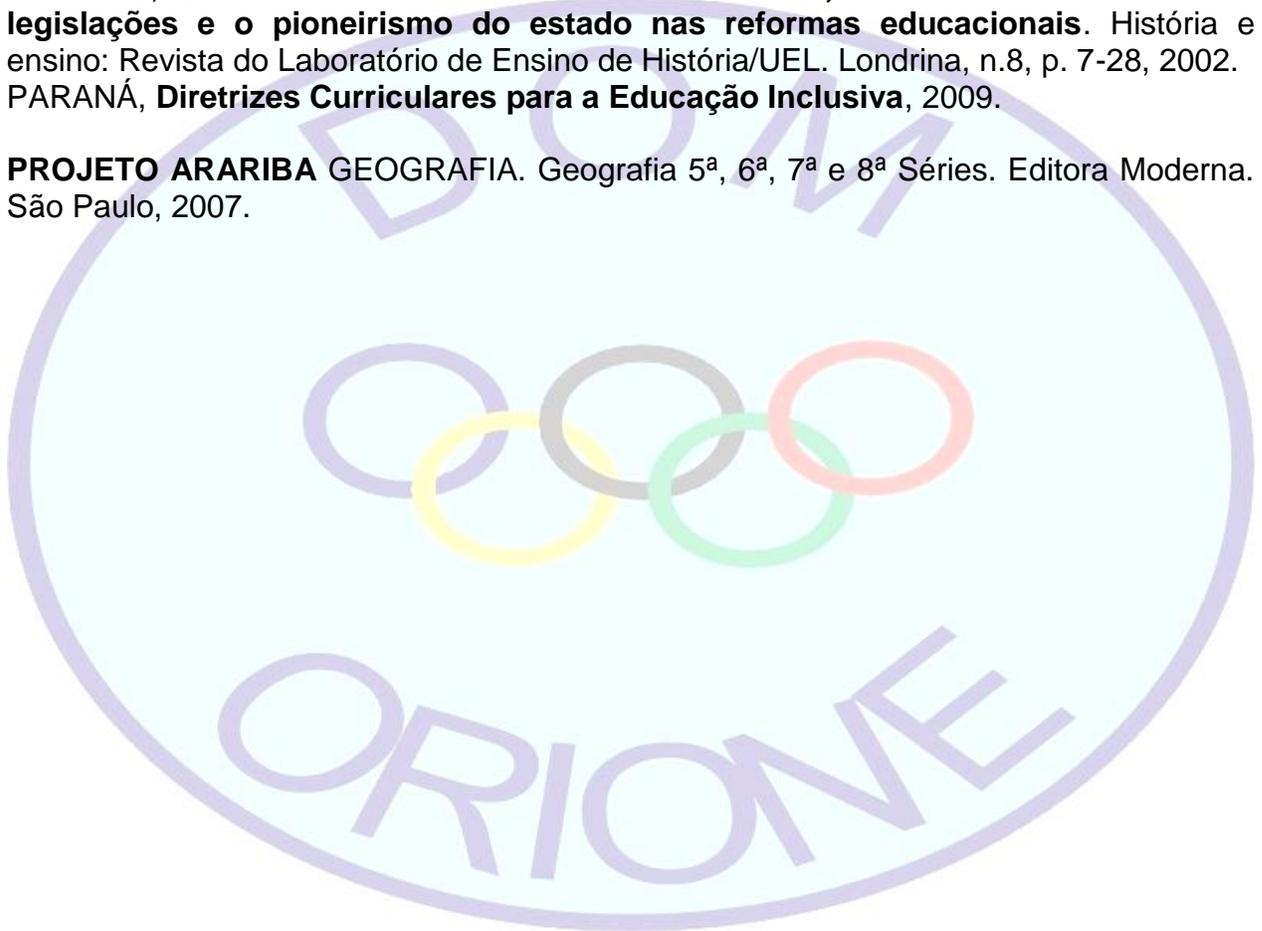
Lei nº 11733/97 e nº 11734/97 (Educação Sexual e Prevenção a AIDS e DST).

Lei nº 9795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental);

MARTINS, C. R. K. **O ensino de História no Paraná, na década de setenta: as legislações e o pioneirismo do estado nas reformas educacionais**. História e ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História/UEL. Londrina, n.8, p. 7-28, 2002.

PARANÁ, **Diretrizes Curriculares para a Educação Inclusiva**, 2009.

PROJETO ARARIBA GEOGRAFIA. Geografia 5^a, 6^a, 7^a e 8^a Séries. Editora Moderna. São Paulo, 2007.



9.5. História

➤ Apresentação e Justificativa

Os critérios de validade do conhecimento histórico na academia e nos currículos escolares tem sido problematizados e organizados por alguns intelectuais, dentre os quais, destaca-se o historiador alemão Jörn Rüsen, o qual propõe uma matriz disciplinar da História para que se compreenda a organização do pensamento histórico dos sujeitos. O professor, ao entender como se dá esta organização do pensamento histórico, poderá encaminhar suas aulas de maneira que o aprendizado seja significativo para os estudantes.

Diante disto, Rüsen, (2001, p. 30-36) propõe alguns elementos intercambiantes que devem ser observados na constituição do pensamento histórico, quais sejam:

- A observação de que as necessidades dos sujeitos na sua vida cotidiana em sua prática social estão ligadas com a orientação no tempo. Essas necessidades fazem com que os sujeitos busquem no passado respostas para questões do presente. Portanto, fica claro que os sujeitos fazem relação passado/presente o tempo todo em sua vida cotidiana;
- As teorias utilizadas pelo historiador instituem uma racionalidade para a relação passado/presente que os sujeitos já trazem na sua vida prática cotidiana. Essas teorias acabam estabelecendo critérios de sentido para essa prática social. Esses critérios de sentidos são chamados de ideias históricas;
- Os métodos e técnicas de investigação do historiador produzem fundamentações específicas relativas às pesquisas ligadas ao modo como as ideias históricas são concebidas a partir de critérios de verificação, classificação e confrontação científica dos documentos;
- As finalidades de orientação da prática social dos sujeitos retomam as interpretações das necessidades de orientação no tempo, a partir de teorias e métodos historiográficos apresentados;
- Essas finalidades se expressam e realizam sob a forma de narrativas históricas.

A partir dessa matriz disciplinar, a História tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações humanas produzidas por essas ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

➤ Conteúdos estruturantes para o Ensino Fundamental

Os conteúdos estruturantes que organizam o ensino de história nestas Diretrizes são as relações de trabalho, as relações de poder e as relações culturais. Eles tratam das ações e relações humanas no tempo, articulando o ensino e a pesquisa em História. Os conteúdos estruturantes se desdobram em conteúdos básicos e, por fim, nos específicos. Dessa forma, todos têm a possibilidade de relacionar-se entre si.

Os conteúdos estruturantes e os conteúdos básicos foram estabelecidos a partir da discussão da fundamentação teórica-metodológica das diretrizes curriculares de história. Conforme as demandas e especificidades da nossa comunidade escolar e as necessidades impostas pelo momento histórico hoje vivenciado. Estaremos dando destaque para:

- As culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas;
- História do Paraná;
- Educação Ambiental;
- Preservação às drogas;
- Sexualidade na adolescência.

Dessa forma, para os anos finais do Ensino Fundamental instituíram-se grandes recortes temáticos por ano que podem ser observado na sugestão de conteúdos. A escolha dos recortes temáticos para organizar os conteúdos básicos se deve à opção política e teórica-metodológica de romper com a narrativa histórica tradicional, linear, eurocêntrica, homogeneizadora e totalizante da divisão quadripartite. Se considerar que a formação da consciência histórica dos estudantes, expressa em suas múltiplas temporalidades, materializam as experiências históricas dos sujeitos por meio dos

temas históricos. A articulação desses recortes temáticos aos conteúdos estruturantes explicita-se na sugestão de conteúdos básicos apresentada.

➤ Conteúdos: 6º ano

- O historiador e a produção do conhecimento histórico.
- Tempo e temporalidade.
- Fontes e documentos.
- Teorias sobre o surgimento do homem e grandes migrações: mitos, lendas e científicas.
- Teorias sobre o surgimento do homem na América.
- Arqueologia do Brasil e do Paraná.
- Povos indígenas do Brasil e do Paraná - passado e presente.
- Civilizações antigas: Maias, Astecas e Incas, Pigmeus e Egípcios, Mesopotâmicos, Fenícios, Hebreus, Persas, Gregos e Romanos.
- Feudalismo.
- Renascimento comercial e urbano, ascensão da burguesia.
- Formação das Monarquias Nacionais e Absolutismo.
- Chegada dos europeus na América e o (des) encontro de culturas.

➤ Conteúdos: 7º ano

- Feudalismo.
- Renascimento comercial e urbano, ascensão da burguesia.
- Formação das Monarquias Nacionais e Absolutismo.
- Chegada dos europeus na América e o (des) encontro de culturas.
- Renascimento.
- Reforma e Contra-Reforma religiosa.
- Formação da sociedade brasileira.
- Organização política- administrativa do Brasil- colônia.
- Economia colonial: pau-brasil, cana- de- açúcar, minérios, criação de gado.

- Expansão e consolidação do território: missões, bandeiras e invasões estrangeiras.
- Colonização do território paranaense.
- Da África ao Brasil: os negros Bantos e Sudaneses na África, o tráfico negreiro, o negro na cultura e economia do Brasil colonial, a resistência dos quilombolas, o negro hoje - seus direitos e suas lutas.
- Consolidação dos estados nacionais europeus.

➤ Conteúdos: 8º ano

- Iluminismo.
- Independência das treze colônias inglesas da América do Norte.
- Revolução Francesa.
- Era Napoleônica.
- Revolução Industrial.
- Revoltas nativistas e nacionalistas no Brasil.
- Invasões napoleônicas na Península Ibérica.
- Chegada da família real portuguesa ao Brasil e o fim do Brasil - colônia.
- Processo de independência das Américas.
- Governo de D. Pedro I.
- Constituição de 1824.
- Confederação do Equador.
- Período Regencial.
- Governo de D. Pedro II
- Imigração européia.
- Movimento abolicionista e republicano.
- Processo de abolição.
- Emancipação política do Paraná (1853).
- Proclamação da República.
- Primeiros anos da República.
- Oligarquia e coronelismo.

- Movimentos de contestação: campo e cidade.
- Movimentos messiânicos.
- Revolta da vacina e urbanização do Rio de Janeiro.
- América - em outros países como o povo reagiu a opressão.
- África: lutas contra o domínio europeu.
- Paraná - Guerra do Contestado.
- Primeira Guerra Mundial.
- Revolução Russa.

➤ Conteúdos: 9º ano

- Tenentismo.
- Movimento operário: anarquismo e comunismo.
- Semana da Arte Moderna e o repensar da nacionalidade.
- Crise de 1929
- Europa pós-guerra: Os totalitarismos.
- Revolução de 1930 e o período Vargas (1930-1945).
- Segunda Guerra Mundial.
- Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.
- Populismo no Brasil e em outros países latino americanos.
- Independência das colônias afro-asiáticas.
- Guerra Fria.
- Construção do Paraná moderno.
- Regime militar no Paraná e no Brasil:
 - Repressão e censura;
 - Política e economia.
- Movimentos de contestação no Brasil:
 - Resistência armada;
 - Cultura e movimento estudantil.
- Redemocratização.
- Constituição de 1988.

- Desintegração do bloco socialista.
- Neoliberalismo e globalização.
- Mercosul e Alca.
- Movimentos populares rurais e urbanos - MST, CUT e outros.
- Brasil na atualidade.
- Comemoração dos “500 anos de Brasil”: análise e reflexão.

➤ Conteúdos Complementares: Desafios Educacionais Contemporâneos e a Diversidade

Os conteúdos integrantes serão dados de forma gradativa nas séries para que os alunos não fiquem com lacunas de conteúdos essenciais e que não puderam ser ministrados devido à mudança.

➤ Metodologia

A produção do conhecimento, pelo historiador, requer um método específico, baseado na explicação e interpretação de fatos do passado. Construída a partir dos documentos e da experiência do historiador, a problematização produz uma narrativa histórica que tem como desafio contemplar a diversidade das experiências sociais, culturais e políticas dos sujeitos e suas relações.

Fenômenos, processos, acontecimentos, relações ou sujeitos podem ser analisados a partir do conhecimento histórico construído. Ao confrontar ou comparar documentos entre si e com o contexto social e teórico que os constituíram, a produção do conhecimento propicia validar, refutar ou complementar a produção historiográfica existente. Como resultado, pode ainda contribuir para rever teorias, metodologias e técnicas na abordagem do objeto de estudo historiográfico.

A finalidade da História é a busca da superação das carências humanas fundamentadas por meio de um conhecimento constituído por interpretações históricas. Essas interpretações são compostas por teorias que diagnosticam as necessidades dos sujeitos históricos e propõem ações no presente e projetos de futuro. Já a finalidade do ensino de História é a formação de um pensamento histórico a partir da produção do

conhecimento. Esse conhecimento é provisório configurado pela consciência histórica dos sujeitos.

Para os anos finais do Ensino Fundamental propõe-se, nestas Diretrizes, que os conteúdos temáticos priorizem as histórias locais e do Brasil, estabelecendo-se relações e comparações com a história mundial.

O trabalho pedagógico com os Conteúdos Estruturantes, básicos e específicos tem como finalidade a formação do pensamento histórico dos estudantes. Isso se dá quando professor e alunos utilizam, em sala de aula e nas pesquisas escolares, os métodos de investigação histórica articulados pelas narrativas históricas desses sujeitos. Assim, os alunos perceberão que a História está narrada em diferentes fontes (livros, cinema, canções, palestras, relatos de memória, etc.), sendo que os historiadores se utilizam destas fontes para construir suas narrativas históricas.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico com os conteúdos históricos deve ser fundamentado em vários autores e suas respectivas interpretações, seja por meio dos manuais didáticos disponíveis ou por meio de textos historiográficos referenciais. Espera-se que, ao concluir a Educação Básica, o aluno entenda que não existe uma verdade histórica única, e sim que verdades são produzidas a partir evidências que organizam diferentes problematizações fundamentadas em fontes diversas, promovendo a consciência da necessidade de uma contextualização social, política e cultural em cada momento histórico.

➤ Avaliação

Nestas Diretrizes Curriculares, ao se propor reflexões sobre a avaliação no ensino de História, objetiva-se favorecer a busca da coerência entre a concepção de História defendida e as práticas avaliativas que integram o processo de ensino e de aprendizagem. A avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos, permeando o conjunto das ações pedagógicas, e não como elemento externo a este processo.

Compartilha-se a ideia de Luckesi a respeito da avaliação diagnóstica:

- A fim de que as decisões tomadas na avaliação diagnóstica sejam implementadas na continuidade do processo pedagógico, faz-se necessário o

diálogo acerca de questões relativas aos critérios e à função da avaliação, seja de forma individual ou coletiva. Assim, o aprendizado e a avaliação poderão ser compreendidos como fenômeno compartilhado, contínuo, processual e diversificado, o que propicia uma análise crítica das práticas que podem ser retomadas e reorganizadas pelo professor e pelos alunos.

➤ Referências

Diretrizes curriculares de História;

Lei nº 9795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental);

Lei nº 13381/01 (História do Paraná);

Lei nº 13343/06 (Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas);

Lei nº 11733/97 e nº 11734/97 (Educação Sexual e Prevenção a AIDS e DST).

Lei nº 1164 45/08 (História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Africana);

Lei nº 10639/03 e Deliberação 04/06 do CEE/PR (História e Cultura Afro-Brasileira e Africana);

Lei nº 10639/03 e Deliberação 04/06 do CEE/PR História e Cultura Afro-Brasileira e Africana);

9.6. Educação Física

➤ Apresentação e justificativa

Propõe-se que a Educação Física seja fundamentada nas reflexões sobre as necessidades atuais de ensino perante os alunos, na superação de contradições e na valorização da educação. Por isso, é de fundamental importância considerar os contextos e experiências de diferentes regiões, escolas, professores, alunos e da comunidade.

Pode e deve ser trabalhada em interlocução com outras disciplinas que permitam entender a Cultura Corporal em sua complexidade, ou seja, na relação com as múltiplas dimensões da vida humana, tratadas tanto pelas ciências humanas, sociais, da saúde e da natureza.

A Educação Física é parte do projeto geral de escolarização e, como tal, deve estar articulada ao projeto político-pedagógico, pois tem seu objeto de estudo e ensino próprios, e trata de conhecimentos relevantes na escola. Considerando o exposto, defende-se que as aulas de Educação Física não são apêndices das demais disciplinas e atividades escolares, nem um momento subordinado e compensatório para as “durezas” das aulas em sala.

Se a atuação do professor efetiva-se na quadra, em outros lugares do ambiente escolar e em diferentes tempos pedagógicos, seu compromisso, tal como o de todos os professores, é com o projeto de escolarização ali instituído, sempre em favor da formação humana. Esses pressupostos se expressam no trato com os conteúdos específicos, tendo como objetivo formar a atitude crítica perante a Cultura Corporal, exigindo domínio do conhecimento e a possibilidade de sua construção a partir da escola.

Busca-se, assim, superar formas anteriores de concepção e atuação na escola pública, visto que a superação é entendida como ir além, não como negação do que precedeu, mas considerada objeto de análise, de crítica, de reorientação e/ou transformação daquelas formas. Nesse sentido, procura-se possibilitar aos alunos o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, relacionando-o às práticas corporais, ao contexto histórico, político, econômico e social.

Isso representa uma mudança na forma de pensar o tratamento teórico-metodológico dado às aulas de Educação Física. Significa, ainda, repensar a noção de corpo e de movimento historicamente dicotomizados pelas ciências positivistas, isto é, ir além da ideia de que o movimento é predominantemente um comportamento motor, visto que também é histórico e social.

Sendo assim, tais consequências na prática pedagógica vão para além da preocupação com a aptidão física, a aprendizagem motora, a performance esportiva, etc.

Devemos entender que o movimento que a criança realiza num jogo, tem repercussões sobre todas as dimensões do seu comportamento e mais, que esta atividade veicula e faz a criança introjetar determinados valores e normas de comportamento. Portanto, aquela ideia de que atuando sobre o físico estamos automaticamente e magicamente atuando sobre as outras dimensões, precisa ser superada para que estas possam ser levadas efetivamente em consideração na ação pedagógica, através do estabelecimento de estratégias que objetivem conscientemente o desenvolvimento num determinado sentido, destes outros aspectos e dimensões dos educandos (BRACHT, 1992, p. 66).

Pensar a Educação Física a partir de uma mudança significa analisar a insuficiência do atual modelo de ensino, que muitas vezes não contempla a enorme riqueza das manifestações corporais produzidas socialmente pelos diferentes grupos humanos. Isto pressupõe criticar o trabalho pedagógico, os objetivos e a avaliação, o trato com o conhecimento, os espaços e tempos escolares da Educação Física.

Significa, também, reconhecer a gênese da cultura corporal, que reside na atividade humana para garantir a existência da espécie. Destacam-se daí os elementos lúdicos e agonísticos que, sistematizados, estão presentes na escola como conteúdos de ensino, o caráter agonístico representa a competição, a sobrepujança, o desempenho e outras características que estão presentes especialmente no esporte moderno.

A gênese da cultura corporal, referida acima, está relacionada à vida em sociedade, desenvolvendo-se, inicialmente, nas relações Homem-Natureza e Homem-Homem, isto é, pelas relações para a produção de bens e pelas relações de troca. Para

garantir sua sobrevivência, reprodução e povoamento do Planeta, a humanidade necessitou conhecer a natureza, conquistar diferentes espaços, ocupando-os e explorando-os em sua diversidade de fauna, flora e relevo.

Nas relações com a natureza e com o grupo social de pertencimento, por meio do trabalho, os seres humanos desenvolveram habilidades, aptidões físicas e estratégias de organização, fundamentais para superar obstáculos e garantir a sobrevivência. Inicialmente, correr, saltar, rastejar, erguer e carregar peso eram habilidades essenciais para abater uma caça e transportá-la para “casa”, escapar de uma perseguição, alcançar lugares onde os frutos fossem abundantes.

Outras manifestações corporais e culturais se concretizavam em celebrações dos frutos do trabalho. As danças comemorativas das colheitas, danças de guerra, danças religiosas, dentre outras, são exemplos disso.

O trabalho é, então, constitutivo da experiência humana, concomitante com a materialidade corporal e como ato humano, social e histórico, assumiu, ao longo da história da humanidade, duplo caráter. Se por um lado, ele é fundamental para a existência humana e nós dependemos dele, por outro, na sociedade capitalista, ocorre um processo de estranhamento, no qual não nos reconhecemos no produto do nosso trabalho. Para manter este segundo caráter – de trabalho alienado – são necessários mecanismos e mediações referentes à disciplina corporal para atender aos interesses do modo como o capital organiza a vida em sociedade.

Nesse sentido, propõe-se a discussão a respeito da disciplina de Educação Física, levando-se em conta que o trabalho é categoria fundante da relação ser humano/natureza e ser humano/ser humano, pois dá sentido à existência humana e à materialidade corporal que constitui “um acervo de atividades comunicativas com significados e sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, místicos, antagonistas” (ESCOBAR, 1995, p. 93). Dessa forma, a materialidade corporal se constitui num longo caminho, de milhares de anos, no qual o ser humano construiu suas formas de relação com a natureza, dentre elas as práticas corporais.

Compreender a Educação Física sob um contexto mais amplo significa entender que ela é composta por interações que se estabelecem nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos.

É partindo dessa posição que estas Diretrizes apontam a Cultura Corporal como objeto de estudo e ensino da Educação Física, evidenciando a relação estreita entre a formação histórica do ser humano por meio do trabalho e as práticas corporais decorrentes. A ação pedagógica da Educação Física deve estimular a reflexão sobre o acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido, exteriorizadas pela expressão corporal em jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas e esportes. Essas expressões podem ser identificadas como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

➤ Conteúdos

Visando romper com a maneira tradicional como os conteúdos têm sido tratados na Educação Física, faz-se necessário integrar e interligar as práticas corporais de forma mais reflexiva e contextualizada, o que é possível por meio dos Elementos Articuladores.

Tais elementos não podem ser entendidos como conteúdos paralelos, nem tampouco trabalhados apenas teoricamente e/ou de maneira isolada. Como articuladores dos conteúdos, podem transformar o ensino da Educação Física na escola, respondendo aos desafios anteriormente descritos.

Nestas Diretrizes, propõem-se os seguintes elementos articuladores:

- Cultura Corporal e Corpo;
- Cultura Corporal e Ludicidade;
- Cultura Corporal e Saúde;
- Cultura Corporal e Mundo do Trabalho;
- Cultura Corporal e Desportivização;
- Cultura Corporal – Técnica e Tática;
- Cultura Corporal e Lazer;
- Cultura Corporal e Diversidade;
- Cultura Corporal e Mídia.

A proposta dos Elementos Articuladores se aproxima daquilo que Pistrak (2000) denomina por Sistema de Complexos Temáticos, isto é, aquilo que permite ampliar o

conhecimento da realidade estabelecendo relações e nexos entre os fenômenos sociais e culturais. A organização do trabalho pedagógico através de um sistema de complexo temático garante uma compreensão da realidade atual de acordo com o método dialético pelo qual se estudam os fenômenos ou temas articulados entre si e com nexos com a realidade atual mais geral, numa interdependência transformadora. O complexo, segundo Pistrak (2000), deve estar embasado no plano social, permitindo aos estudantes, além da percepção crítica real, uma intervenção ativa na sociedade, com seus problemas, interesses, objetivos e ideais.

Os elementos articuladores alargam a compreensão das práticas corporais, indicam múltiplas possibilidades de intervenção pedagógica em situações que surgem no cotidiano escolar. São, ao mesmo tempo, fins e meios do processo de ensino/aprendizagem, pois devem transitar pelos Conteúdos Estruturantes e específicos de modo a articulá-los o tempo todo.

Nestas Diretrizes Curriculares, os Conteúdos Estruturantes foram definidos como os conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para compreender seu objeto de estudo/ensino. Constituem-se historicamente e são legitimados nas relações sociais.

Os Conteúdos Estruturantes da Educação Física para a Educação Básica devem ser abordados em complexidade crescente, isto porque, em cada um dos níveis de ensino os alunos trazem consigo múltiplas experiências relativas ao conhecimento sistematizado, que devem ser consideradas no processo de ensino/aprendizagem.

A Educação Física e seu objeto de ensino/estudo, a Cultura Corporal, deve, ainda, ampliar a dimensão meramente motriz. Para isso, pode-se enriquecer os conteúdos com experiências corporais das mais diferentes culturas, priorizando as particularidades de cada comunidade.

Os Conteúdos Estruturantes devem ser tratados sob uma abordagem que contempla os fundamentos da disciplina, em articulação com aspectos políticos, históricos, sociais, econômicos, culturais, bem como, elementos da subjetividade representados na valorização do trabalho coletivo, na convivência com as diferenças,

na formação social crítica e autônoma. Os Conteúdos Estruturantes propostos para a Educação Física na Educação Básica são os seguintes:

- Esporte;
- Jogos e brincadeiras;
- Ginástica;
- Lutas;
- Dança.

➤ Metodologia

Considerando o objeto de ensino e de estudo da Educação Física tratado nestas Diretrizes, isto é, a Cultura Corporal, por meio dos Conteúdos Estruturantes propostos – esporte, dança, ginástica, lutas, jogos e brincadeiras, a Educação Física tem a função social de contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, adquirir uma expressividade corporal consciente e refletir criticamente sobre as práticas corporais.

O professor de Educação Física tem, assim, a responsabilidade de organizar e sistematizar o conhecimento sobre as práticas corporais, o que possibilita a comunicação e o diálogo com as diferentes culturas. No processo pedagógico, o senso de investigação e de pesquisa pode transformar as aulas de Educação Física e ampliar o conjunto de conhecimentos que não se esgotam nos conteúdos, nas metodologias, nas práticas e nas reflexões.

Essa concepção permite ao educando ampliar sua visão de mundo por meio da Cultura Corporal, de modo que supere a perspectiva pautada no tecnicismo e na desportivização das práticas corporais. Por exemplo: ao se tratar do histórico de determinada modalidade, na perspectiva tecnicista, os fatos eram apresentados de forma anacrônica e acrítica. No entanto, no encaminhamento proposto por estas Diretrizes, esse mesmo conhecimento é transmitido e discutido com o aluno, levando-se em conta o momento político, histórico, econômico e social em que os fatos estão inseridos.

Cabe ressaltar que tratar o conhecimento não significa abordar o conteúdo ‘teórico’, mas, sobretudo, desenvolver uma metodologia que tenha como eixo central a

construção do conhecimento pela práxis, isto é, proporcionar, ao mesmo tempo, a expressão corporal, o aprendizado das técnicas próprias dos conteúdos propostos e a reflexão sobre o movimento corporal, tudo isso segundo o princípio da complexidade crescente, em que um mesmo conteúdo pode ser discutido tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

Ao pensar o encaminhamento metodológico para as aulas de Educação Física na Educação Básica, é preciso levar em conta, inicialmente, aquilo que o aluno traz como referência acerca do conteúdo proposto, ou seja, é uma primeira leitura da realidade. Esse momento caracteriza-se como preparação e mobilização do aluno para a construção do conhecimento escolar.

Após o breve mapeamento daquilo que os alunos conhecem sobre o tema, o professor propõe um desafio remetendo-o ao cotidiano, criando um ambiente de dúvidas sobre os conhecimentos prévios.

Posteriormente, o professor apresentará aos alunos o conteúdo sistematizado, para que tenham condições de assimilação e recriação do mesmo, desenvolvendo, assim, as atividades relativas à apreensão do conhecimento através da prática corporal. Ainda neste momento, o professor realiza as intervenções pedagógicas necessárias, possibilitando também a efetivação de um diálogo que permite ao aluno avaliar o processo de ensino/aprendizagem, transformando-se intelectual e qualitativamente em relação à prática realizada.

Espera-se que o professor desenvolva um trabalho efetivo com seus alunos na disciplina de Educação Física, cuja função social é contribuir para que ampliem sua consciência corporal e alcancem novos horizontes, como sujeitos singulares e coletivos. O papel da Educação Física é desmistificar formas arraigadas e não refletidas em relação às diversas práticas e manifestações corporais historicamente produzidas e acumuladas pelo ser humano. Prioriza-se na prática pedagógica o conhecimento sistematizado, como oportunidade para reelaborar ideias e atividades que ampliem a compreensão do estudante sobre os saberes produzidos pela humanidade e suas implicações para a vida.

Enfim, é preciso reconhecer que a dimensão corporal é resultado de experiências objetivas, fruto de nossa interação social nos diferentes contextos em que se efetiva, sejam eles a família, a escola, o trabalho e o lazer.

➤ Avaliação

No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem. Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002). No cotidiano escolar, a avaliação é parte do trabalho dos professores. Tem por objetivo proporcionar-lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento. É importante ressaltar que a avaliação se concretiza de acordo com o que se estabelece nos documentos escolares como o Projeto Político Pedagógico e, mais especificamente, a Proposta Pedagógica Curricular e o Plano de Trabalho Docente, documentos necessariamente fundamentados nas Diretrizes Curriculares. Esse projeto e sua realização explicitam, assim, a concepção de escola e de sociedade com que se trabalha e indicam que sujeitos se quer formar para a sociedade que se quer construir. Nestas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, propõe-se formar sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade. A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade,

da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos. Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatam o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e o fazem refém dessas constatações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação. Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Para concretizar esse objetivo, a avaliação escolar deve constituir um projeto de futuro social, pela intervenção da experiência do passado e compreensão do presente, num esforço coletivo a serviço da ação pedagógica, em movimentos na direção da aprendizagem do aluno, da qualificação do professor e da escola. Nas salas de aula, o professor é quem compreende a avaliação e a executa como um projeto intencional e planejado, que deve contemplar a expressão de conhecimento do aluno como referência uma aprendizagem continuada. No cotidiano das aulas, isso significa que:

- É importante a compreensão de que uma atividade de avaliação situa-se entre a intenção e o resultado e que não se diferencia da atividade de ensino, porque ambas têm o intuito de ensinar;
- No Plano de Trabalho Docente, ao definir os conteúdos específicos trabalhados naquele período de tempo, já se definem os critérios, estratégias e instrumentos de avaliação, para que professor e alunos conheçam os avanços e as dificuldades, tendo em vista a reorganização do trabalho docente;
- Os critérios de avaliação devem ser definidos pela intenção que orienta o ensino e explicitar os propósitos e a dimensão do que se avalia. Assim, os critérios são um elemento de grande importância no processo avaliativo, pois articulam todas as etapas da ação pedagógica;
- Os enunciados de atividades avaliativas devem ser claros e objetivos. Uma resposta insatisfatória, em muitos casos, não revela, em princípio, que o estudante não aprendeu o conteúdo, mas simplesmente que ele não entendeu o que lhe foi perguntado. Nesta circunstância, o difícil não é desempenhar a tarefa solicitada, mas sim compreender o que se pede;

- Os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos. Por exemplo, para avaliar a capacidade e a qualidade argumentativa, a realização de um debate ou a produção de um texto serão mais adequados do que uma prova objetiva;
- A utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação reduz a possibilidade de observar os diversos processos cognitivos dos alunos, tais como: memorização, observação, percepção, descrição, argumentação, análise crítica, interpretação, criatividade, formulação de hipóteses, entre outros;
- Uma atividade avaliativa representa, tão somente, um determinado momento e não todo processo de ensino-aprendizagem;
- A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda.

A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo. Assim, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar para intervir. A seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento. Ao professor, cabe acompanhar a aprendizagem dos seus alunos e o desenvolvimento dos processos cognitivos. Por fim, destaca-se que a concepção de avaliação que permeia o currículo não pode ser uma escolha solitária do professor. A discussão sobre a avaliação deve envolver o coletivo da escola, para que todos (direção, equipe pedagógica, pais, alunos) assumam seus papéis e se concretize um trabalho pedagógico relevante para a formação dos alunos.

Os critérios de avaliação estão articulados com a concepção teórico metodológica da Disciplina de Educação Física da Escola Estadual Dom Orione, bem como os diferentes instrumentos avaliativos como: participação, criatividade, cooperação, disciplina, avaliação teórica, avaliação prática, leitura, seminários, debates, painéis, discussões e outros.

➤ Referências

http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/arquivo/diretrizes_2009



9.7. Arte

➤ Pressupostos Teóricos

Após amplo debate e manifestações de educadores, a arte-educação é hoje reconhecida pela sua importância na formação e desenvolvimento do indivíduo, contribuindo para o exercício da cidadania e preparação básica para o trabalho, sendo componente curricular obrigatório da educação básica, conforme a atual legislação educacional brasileira. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96).

A partir da nova LDB, a arte passa a vigorar como área de conhecimento no ensino fundamental, pois tem um caráter de busca de sentido, criação e inovação. Sendo também uma forma de linguagem e expressão, está intimamente articulada às demais formas de linguagem.

Como conhecimento da realidade, a arte pode revelar aspectos do real, não em sua objetividade - o que constitui tarefa específica da ciência -, mas em sua relação com a individualidade humana. Assim, a existência do homem é o objeto específico da arte, ainda que nem sempre o homem seja o objeto da representação artística. A arte, como forma sensível, apresenta não uma imitação da realidade da realidade, mas uma visão do mundo socialmente constituída através da maneira específica com que a percepção do artista a aprende.

A arte trabalha com as quatro linguagens artísticas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, incluindo as novas tecnologias.

De acordo com as teorias da arte, de Ana Mãe Barbosa, Bakhtin, Pareyson, Howard Gardner, entre outros, a arte propicia aos alunos uma percepção estética, histórico-crítica e social da realidade.

Esse processo se dá através da articulação do conhecimento estético com o artístico e seu contexto histórico, elaborando sensações, idéias, hipóteses e esquemas pessoais, ou seja, da apreensão do objeto artístico, e da interação com os diversos conteúdos de arte, num processo dialógico.

Uma função de suma importância no ensino de arte está relacionada ao modo de perceber, sentir e articular significados e valores que direcionam os diferentes tipos de

relações entre os indivíduos na sociedade, propiciando a compreensão da diversidade cultural a partir do que lhe é próprio.

➤ Encaminhamento Metodológico

No Ensino Fundamental, o enfoque que baliza as discussões em Arte e a associação entre Arte e Cultura, sendo a prática social o ponto de partida para as problematizações e para a reflexão e discussão da realidade.

A cultura será abordada como resultante do trabalho que abrange as práticas sociais historicamente constituídas pelos sujeitos.

Os signos existentes nas culturas de massa propicia leituras múltiplas para se discutir de que formas a indústria cultural interfere e censura as produções e manifestações culturais com as quais os sujeitos identificam-se.

Cada cultura possui uma lógica, desse modo, funciona como uma lente através da qual o homem se vê, se compreende, se inclui, se localiza, se insere na diversidade, bem como se relaciona, participa, ressignifica, enfim, percebe o mundo.

O ensino de Arte será abordado tendo como princípio a compreensão da arte como linguagem, no sentido mais amplo do termo, como sendo o estudo da geração, da organização e da interpretação de signos verbais e não-verbais.

Nessa perspectiva, quando a arte abre-se ao vigor da linguagem como fonte de potencialização de signos, considera a construção das subjetividades do sujeito enquanto autor-fruidor, pois quando se associa o ensino de arte a linguagem e possível perceber e interpretar os valores estéticos das sociedades, representados nos bens culturais materiais e imateriais.

Partindo da concepção adotada no documento de Diretrizes, o tratamento dos conteúdos deverá considerar

- As várias manifestações artísticas presentes na comunidade e na região, as várias dimensões de cultura, entendendo toda manifestação artística como produção cultural,
- As peculiaridades culturais de cada aluno/escola como ponto de partida para a ampliação dos saberes em arte,

- As situações de aprendizagem que permitam ao aluno a compreensão dos processos de criação e execução nas linguagens artísticas,
- A experimentação como meio fundamental para a ressignificação desse Componente Curricular, levando em conta que essa prática favorece o desenvolvimento e o reconhecimento da percepção por meio dos sentidos.

Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, o ensino de Arte toma a dimensão de aprofundamento na exploração das linguagens artísticas, no reconhecimento dos conceitos e elementos comuns presentes nas diversas representações culturais, ampliando as possibilidades de análise das linguagens artísticas e dos elementos que identificam determinadas sociedades e de que forma se deu artisticamente, a estilização de seus pensamentos e ações.

Nas ARTES VISUAIS, será explorado as VISUALIDADES em formato bidimensional, tridimensional e virtual, podendo trabalhar as características específicas contidas na estrutura, na cor, nas superfícies, nas formas e na disposição desses elementos no espaço.

Em DANÇA, o elemento básico é o MOVIMENTO. A partir do seu desenvolvimento no tempo/espaço poderá se explorar as possibilidades de improvisação e composição, e ainda, as relações entre movimento e os conceitos a respeito do corpo e da dança.

Na linguagem MUSICAL, há que se priorizar a escuta consciente dos sons percebidos, bem como a identificação das suas propriedades, variações e as maneiras intencionais de como esses sons são distribuídos numa estrutura musical.

Na linguagem TEATRAL, poderão ser explorados como conteúdos, as possibilidades de improvisação e composição no trabalho com as personagens, com o espaço da cena e com o desenvolvimento de temáticas que partam de textos literários ou dramáticos clássicos, quanto de narrativas orais e cotidianas. Também tratará da montagem do espetáculo, da reflexão sobre cada um dos seus elementos formadores pelo conjunto de signos presentes nessa linguagem, de forma a proporcionar ao aluno, em seu processo de aprendizagem, o conhecimento por meio do ato de dramatizar.

➤ Conteúdos Complementares

Desafios Educacionais Contemporâneos e a Diversidade Cultural

- Estes conteúdos serão contemplados através de uma abordagem contextualizada, articuladas ao conteúdo e as especificidades da disciplina como: história da arte, datas alusivas, semana cultural.

História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira

- Estes tópicos abordarão a cultura, os costumes e as questões sociais, a partir da apreciação do artesanato, jogos, danças, música de origem indígena e ou africana que estão implícitos nestas criações.

Prevenção e Uso Indevido de Drogas

- As informações serão trabalhadas de forma objetiva (ex: cartazes, teatro, dança, música...), realizando uma discussão que oriente o aluno sobre os problemas referentes ao uso de drogas.

Educação Ambiental

- Possibilitar a formação de uma consciência voltada a preservação ambiental, através da exploração de conceitos implícitos em informações contidas em pesquisas, textos..., possibilitando desta maneira a criação de novas formas de expressão plástica.

Diversidade Sexual:

- Motivar um trabalho que aborde temas referentes a diversidade sexual, o preconceito e problemas como a violência contra a mulher, criança e adolescente.

História do Paraná:

- Analisar a história do Paraná sob o ponto de vista da arte, fazendo um estudo sobre os artistas que participaram do desenvolvimento da arte paranaense

➤ Conteúdos Estruturantes

Os conteúdos estruturantes da disciplina de Artes são: Elementos formais, Composição, movimentos e períodos nas áreas de Artes Visuais, música, teatro e dança.

A disciplina de Arte no Ensino Fundamental contempla as linguagens das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro.

Tais conteúdos, como basilares na organização da disciplina de Arte, apresentam uma unidade interdependente, além de permitir uma correspondência entre as linguagens.

São eles os elementos básicos das linguagens artísticas, as produções/manifestações artísticas e os elementos contextualizadores.

Entende-se como elementos básicos das linguagens artísticas, a matéria prima para a construção do conhecimento estético e alguns deles, apresentam-se como ponto comum entre as linguagens. Podemos citar o ritmo, a harmonia, a simetria, a tonalidade, a intensidade, entre outros, que podem ser percebidos nas artes visuais, música, dança e teatro.

➤ Elementos básicos da linguagem das artes visuais

- IMAGEM (bidimensional, tridimensional e virtual) – representação simbólica de uma ideia percebida de forma sensorial.
 - FORMA – Configuração visível do conteúdo, delimitação do espaço visual, suporte, espacialidade, texturas e movimento.
 - LUZ – Radiação magnética que provoca uma sensação visual. Sombra, decomposição da luz, cor, percepção da cor.

➤ Elementos básicos da linguagem da dança

- MOVIMENTO – Ação corporal articulada no tempo e no espaço.
 - O CORPO – articulações, superfícies, cabeça, tronco, membros.
 - ESPAÇO – pessoal, níveis, planos, tensões, projeções, progressões.

- AÇÕES – saltar, deslocar, encolher, expandir, girar, inclinar, cair, gesticular.
- DINAMICAS/RITMO – peso, espaço, tempo, fluência.
- RELACIONAMENTOS – de proximidade, afastamento e superposição.

➤ Elementos básicos da linguagem da música

A percepção, organização e registro dos sons e sua interpretação.

- SOM – Energia em forma de vibrações (ondas sonoras) que provocam sensações que nos permitem ouvir (percepção).
 - Distribuição dos sons (sucessiva) – melodia e ritmo.
 - Distribuição dos sons (simultânea) – harmonia.
 - Qualidades do som – intensidade, duração, altura e timbre.
 - Estruturas musicais – organização e articulação dos elementos da linguagem/forma musical, incluindo o conceito de densidade. É necessário reconhecer e resignificar os sons percebidos.

➤ Elementos básicos da linguagem do teatro

- PERSONAGEM – e o agente da ação.
- RECURSOS FISICOS inerentes ao aluno/ator –
 - EXPRESSAO CORPORAL – possibilidades motoras e emotivas,
 - EXPRESSAO GESTUAL – manifestação dos sentimentos e da intenção da personagem através do gesto (isolados ou simultâneo),
 - EXPRESSAO VOCAL – manifestação dos sentimentos e da intenção da personagem através da voz,
 - EXPRESSAO FACIAL – manifestação dos sentimentos e da intenção da personagem através do semblante,
 - CARACTERIZACAO DA PERSONAGEM – materialização de um ser criado, composta pelo figurino, maquiagem e acessórios (elementos visuais da cena).
- ESPAÇO CÊNICO – área de atuação, onde acontece a ação dramática.

- RECURSOS CENOGRAFIA – figura o quadro ou moldura da ação, por meios pictóricos, plásticos e arquitetônicos, definindo e comportando o espaço da cena.
- RECURSOS ILUMINACAO – cria a atmosfera da cena, ambienta, conduz e compõe o sentido da ação.
- RECURSOS SONOPLASTIA – conjunto de sons responsáveis por criar a atmosfera sonora da cena.
- ACÇÃO CÊNICA – Seqüência de fatos e acontecimentos cênicos, organizados nas formas de –
 - ENREDO – histórias já existentes, conhecidas ou criadas, onde residem metáforas de relações humanas que serão dramatizadas.
 - ROTEIRO – organização das ações em forma de cenas, objetivando a dramatização.
 - TEXTO DRAMÁTICO – obra da dramaturgia, criada para a encenação.

➤ Conteúdos Complementares - Desafios Contemporâneos.

No plano do trabalho docente o professor deve prever a abordagem contextualizada destas temáticas articuladas ao conteúdo e as especificidades da disciplina.

➤ Avaliação

De acordo com a LDBEN (nº 9.394/96) e com a Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação (Cap. I, art.8), a avaliação em arte deverá levar em conta as relações estabelecidas pelo aluno entre os conhecimentos em arte e a sua realidade, evidenciadas tanto no processo, quanto na produção individual e coletiva desenvolvidas a partir desses saberes.

Para uma avaliação significativa, é necessário que o professor participe do processo e partilhe a produção do aluno. Só assim a avaliação permite que saia-se do lugar comum, dos gostos pessoais, desvinculando-se de uma prática pedagógica pragmatista, caracterizada pela produção de resultados, bem como de avaliações que valorizem tão somente o espontaneísmo.

Quando a avaliação está centrada no conhecimento, gera critérios que dialogam com os limites do gosto e das afinidades, uma vez que o conhecimento permite observar o subjetivo.

A Avaliação em Arte supera dessa forma, o papel de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos e busca propiciar aprendizagens socialmente significativas para o aluno. Sendo processual, possibilita observar as dificuldades e progressos de cada um e assim considerar o desenvolvimento do pensamento estético, levando em conta a sistematização dos conhecimentos para a leitura da realidade.

A sistematização da avaliação se dará na observação e registro dos caminhos percorridos pelo aluno em seu processo de aprendizagem, acompanhando os avanços e dificuldades percebidas em suas criações/produções. Será observado como o aluno soluciona as problematizações apresentadas e seu relacionamento com os colegas nas discussões e consensos do grupo. As propostas podem ser socializadas em sala, possibilitando oportunidades para o aluno apresentar, refletir e discutir a sua produção e a dos colegas.

Avaliar exige, acima de tudo, que se defina aonde se quer chegar, que se estabeleçam os critérios, para, em seguida, escolherem-se os procedimentos, inclusive aqueles referentes a seleção dos instrumentos que serão utilizados no processo de ensino e de aprendizagem.

➤ Referências

Desafios Contemporâneos (leis)

Diretrizes Curriculares da Educação Básica- Arte, 2008. Governo do Paraná, Secretaria do Estado do Paraná.

Lei nº 10639/03 e Deliberação 04/06 do CEE/PR (História e Cultura Afro-Brasileira e Africana);

Lei nº 1164 45/08 (História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Africana);

Lei nº 11733/97 e nº 11734/97 (Educação Sexual e Prevenção a AIDS e DST).

Lei nº 13343/06 (Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas);

Lei nº 13381/01 (História do Paraná);

Lei nº 9795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental);



9.8. Língua Estrangeira Moderna - Inglês

➤ Breve histórico do ensino de língua estrangeira no Brasil

No início da colonização do Brasil, os jesuítas implantaram o ensino do latim como língua culta. O ensino de outras disciplinas, como história e geografia se dava através das línguas clássicas, o grego e o latim, nos exercícios de tradução e nos comentários dos autores lidos (Franca, 1952). Somente com a chegada da Família Real, em 1808, com a criação do Colégio Pedro II, em 1837, e com a reforma de 1855, que o currículo da escola secundária começou a evoluir, dando ao ensino das línguas modernas um status pelo menos semelhante ao das línguas clássicas (Leffa, 1999).

O Colégio Pedro II passou a ser modelo para as demais escolas secundárias, os conteúdos foram uniformizados e as aulas por disciplinas foram substituídas por classes de alunos e programas de ensino comum.

Picanço (2001) lembra que nestes programas curriculares oficiais, que copiavam a França no modelo de educação em sua ênfase no ensino clássico e humanista, constam aulas de francês, inglês e alemão, distribuídas nos últimos anos da escola secundária. Em 1850, o francês aparece no primeiro ao sétimo ano, o inglês é incorporado no segundo ano e permanece até o último. O alemão só deveria ser ensinado a partir do terceiro ano.

Em 1898, durante a República, as línguas inglesa, alemã e francesa aparecem juntas do primeiro ao sétimo ano. Essa grade permanece assim até 1929, quando o curso é reduzido há um ano e a língua italiana é incorporado no último período.

Em 1930 foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública e em 1931, com a reforma de Francisco de Campos, que propunha que a escola secundária deveria proporcionar, ao mesmo tempo, formação geral e preparação para o ensino superior. Quanto ao ensino de línguas, a reforma de 1931 introduziu mudanças não apenas quanto ao conteúdo, mas principalmente quanto à metodologia de ensino. Pela primeira vez introduzia-se oficialmente no Brasil o que tinha sido feito na França em 1901: instruções metodológicas para o uso do método direto, ou seja, o ensino da língua através da própria língua.

A reforma Capanema, de 1942, equiparou todas as modalidades de ensino médio - secundário, normal, militar, comercial, industrial e agrícola dando a todos os cursos o mesmo status. O ensino médio ficava dividido em um primeiro ciclo, denominado "ginásio", com duração de quatro anos, e um segundo ciclo, com duas ramificações, uma denominada "clássico", com ênfase no estudo de línguas clássicas e modernas, e outra denominada "científico", com ênfase maior no estudo das ciências (física, química, biologia, matemática, etc.).

A reforma Capanema também se preocupou com a questão metodológica. Recomendava-se o uso do método direto, com ênfase em um ensino prático, embora deixando claro que o ensino de línguas deve ser orientado não só para objetivos instrumentais (compreender, falar, ler e escrever), mas também para objetivos educativos, deveria contribuir para a formação da mentalidade, desenvolvendo hábitos de observação e reflexão e culturais buscando o conhecimento da civilização estrangeira e a capacidade de compreender tradições e ideais de outros povos, a fim de que o aluno obtivesse noções da própria unidade do espírito humano (Leffa, 1999).

A educação nacional ficou centralizada no Ministério de Educação, de onde partiam praticamente todas as decisões, desde as línguas que deveriam ser ensinadas, a metodologia a ser empregada pelo professor e o programa que deveria ser desenvolvido em cada série do ginásio e em cada ano do colégio.

Mas, na prática, o método direto foi substituído por uma versão simplificada do método da leitura, usado nos Estados Unidos. Segundo Chagas:

(...) não é o "método direto". Não é nem mesmo o "método da leitura", porque do sistema de Claude Marcel, ou do velho "reading method" americano, tomou apenas a forma exterior, captou simplesmente a "liturgia", sem penetrar-lhe o verdadeiro e profundo sentido (Chagas, 1957, p.99).

A Reforma Capanema foi a que deu mais importância ao ensino das línguas estrangeiras. Todos os alunos, desde o ginásio até o científico ou clássico, estudavam latim, francês, inglês e espanhol.

A LDB de 1961, publicado no dia 20 dezembro, mantém os sete anos do ensino médio, ainda com a divisão entre ginásio e colégio, e inicia a descentralização do ensino. Cria para isso o Conselho Federal de Educação. No artigo 35, parágrafo 1.º estabelece que "Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os

sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino."

Decisões sobre o ensino da língua estrangeira ficaram sob a responsabilidade dos conselhos estaduais de educação. O latim, com raras exceções, foi retirado do currículo, o francês quando não retirado, teve sua carga semanal diminuída, e o inglês, de um modo geral, permaneceu sem grandes alterações.

A LDB do início da década de 60 reduziu o ensino de línguas a menos de 2/3 do que foi durante a Reforma Capanema.

No começo da década de 70 era publicada a nova LDB, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. O ensino é reduzido de 12 para 11 anos, introduzindo-se o 1.º grau com 8 anos de duração e o segundo com 3. Enfatiza-se a formação especial com ênfase na habilitação profissional.

Leffa (1999) diz ainda que a redução de um ano de escolaridade e a necessidade de se introduzir a habilitação profissional provocaram uma redução nas horas de ensino de língua estrangeira, além disso, um parecer do Conselho Federal de Educação de que a língua estrangeira seria dada por acréscimo dentro das condições de cada estabelecimento fez com que muitas escolas tirassem a língua estrangeira do 1.º grau. No segundo grau, não era oferecida mais do que uma hora por semana e, às vezes, durante apenas um ano.

Em 20 de dezembro de 1996, surge a nova LDB (Lei n.º 9.394). O ensino de 1.º e 2.º graus é substituído por ensino fundamental e médio. Continua existindo uma base nacional comum, que deve ser complementada "em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela" (Art. 26). O § 5º desse artigo fala sobre a língua estrangeira no ensino fundamental: "Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição" (Art. 26, § 5º). Em relação ao ensino médio, a lei dispõe que "será incluída uma língua estrangeira moderna, como

disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição" (Art. 36, Inciso III).

Nesse ponto é abandonada a idéia de um único método de ensino, pois deve abranger um pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, podendo "a educação básica organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização" (Art. 23).

➤ Apresentação da disciplina

Muito além da função de propiciar uma formação para o mercado de trabalho e posteriores estudos, a LEM pode ser vista como constituinte das identidades dos alunos como agentes críticos e transformadores, superando a visão da língua somente como fim comunicativo.

Para que a cidadania seja construída na aula de LEM, é necessário que o professor não se posicione como o centro do ensino-aprendizagem. Tarefas que envolvem colaboração, temas controversos que exigem diferentes pontos de vista, avaliação crítica de várias fontes de informações e participação ativa dos alunos na interpretação de textos podem ajudar no seu desenvolvimento como ser cidadão.

A língua pode ser vista como constituindo o mundo do indivíduo, e não como um meio transparente e neutro de dar nome aos fenômenos que percebemos no mundo. Ela se apresenta como espaço de construções discursivas, de produção de sentidos indissociável dos contextos em que ela adquire sua materialidade, inseparável das comunidades interpretativas que a constroem e são construídas por ela. A língua é repleta de sentidos e ideologias conferidos por nossas culturas e nossas sociedades. É na língua que se percebe e entende a realidade.

Ensinar a aprender línguas é também ensinar a aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos, é formar subjetividades, independentemente do grau de proficiência atingido.

Possibilitar aos alunos que utilizem uma LEM em situações de comunicação (produção e compreensão de textos orais e escritos) é inseri-los na sociedade como

participantes ativos, não limitados a suas comunidades locais, mas capazes de se relacionar com outras comunidades e outros conhecimentos.

Um dos objetivos da LEM é propiciar ao aluno a chance de fazer uso da língua que está aprendendo em situações significativas, não restringindo o ensino às estruturas gramaticais descontextualizadas mas estabelecendo objetivos realistas e sensíveis às diferenças regionais e individuais, levando em conta quem são os alunos, qual a língua estrangeira que está sendo ensinada e quais metas são possíveis de serem atingidas nesse contexto.

Visando ao desenvolvimento da consciência do papel das línguas na sociedade, os alunos devem ser expostos às manifestações variadas da língua na sociedade, entendendo sua carga político-ideológica. Fazendo uma comparação entre a construção de sentidos entre a língua materna e a LEM, o aluno amplia sua capacidade interpretativa e cognitiva.

Ao utilizar uma LEM na interação com outras culturas, os alunos podem ser levados a refletir sobre a língua como artefato cultural, como um produto que constrói e é construído por determinadas comunidades que reagem a determinados acontecimentos com base em histórias e contextos específicos. Podem reconhecer as implicações da diversidade cultural construída lingüisticamente em diferentes línguas, culturas e modos de pensar, compreendendo que os significados são social e historicamente construídos e passíveis de transformação. Assim os alunos têm a possibilidade de constatar a diversidade cultural sem perder suas identidades locais.

Concebendo-se a língua como discurso, conhecer e ser capaz de usar uma LE permite aos indivíduos perceberem-se como parte integrante da sociedade e como participantes ativos do mundo em que vivem. Ao aprender uma LE, o aluno aprende também procedimentos de construção de significados, ampliando as possibilidades de entendimento ao seu alcance e pode atuar sobre os sentidos possíveis e reconstruir sua identidade como agente social, partilhando das responsabilidades sobre os processos de construção de conhecimentos e se sentindo capaz de transformar o mundo no qual vive.

O trabalho com LEM na escola precisa partir do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação:

as LEM são também possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados.

A concepção do ensino de Língua Estrangeira Moderna lança mão da abordagem comunicativa.

A abordagem comunicativa apresenta aspectos positivos, na medida em que incorpora em seu modelo o uso da gramática exigida para a interpretação, expressão e negociação de sentidos no contexto imediato da situação de fala, colocando-se a serviço dos objetivos de comunicação.

É fundamental que, em primeiro lugar, os professores reconheçam a importância entre língua e pedagogia crítica e, com isso, espera-se que o aluno compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social. Para isso, a proposta pedagógica concebe a língua como discurso e espaço de produção de sentidos, sendo marcada por relações contextuais de poder. Daí, o aluno deve ser levado a “mapear a língua” partindo da língua e dos aspectos presentes no processo discursivo: língua e cultura, ideologia e sujeito, discurso e identidade.

A língua concebida como discurso é o objeto de estudo de LEM, visto que não deve ser tratada como estrutura ou código a ser decifrado, pois constrói significados e não apenas os transmite.

A LEM deve contribuir para que o aluno desenvolva as diferentes percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, formando assim a subjetividade e permitindo que se reconheçam os diferentes propósitos comunicativos no uso da língua.

O ensino de LEM deve ser um espaço de interações entre professores e alunos pelas representações e visões de mundo que se revelam no cotidiano.

Assim sendo, quando o aluno aprende uma língua estrangeira, ele também aprende a construir significados para entender melhor sua realidade, compreendendo os mecanismos da sociedade e do mundo como um todo e assim, podendo exercer uma participação ativa no mundo em que vive, construindo sua identidade como sujeito.

➤ Conteúdo estruturante

O conteúdo estruturante é o discurso como prática social.

➤ Conteúdos básicos

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise lingüística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Sendo que os conteúdos específicos são desdobramentos dos conteúdos básicos: leitura, escrita e oralidade.

➤ 6º ano:

LEITURA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Elementos composicionais do gênero;
- Léxico;
- Repetição proposital de palavras;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

- Tema do texto ;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Elementos composicionais do gênero;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;

- Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

- Tema do texto;
- Finalidade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações lingüísticas;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

LEITURA

O professor deve:

- Propiciar práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considerar os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhar discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia ;
- Contextualizar a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Utilizar textos não-verbais diversos: gráficos, fotos, imagens, mapas, e outros;
- Relacionar o tema com o contexto atual;
- Oportunizar a socialização das idéias dos alunos sobre o texto;

ESCRITA

O professor deve:

- Planejar a produção textual a partir: da delimitação tema, do interlocutor, do gênero e da finalidade ;

- Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos;
- Acompanhar a produção do texto;
- Acompanhar e encaminhar a reescrita textual: revisão dos argumentos /das idéias, dos elementos que compõe o gênero;
- Analisar se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;
- Conduzir a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

ORALIDADE

O professor deve:

- Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos;
- Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Preparar apresentações que explorem as marcas lingüísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Selecionar discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entre outros.

AVALIAÇÃO

LEITURA

Espera-se que o aluno:

- Identifique o tema;
- Realize leitura compreensiva do texto;
- Localize informações explícitas no texto;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Identifique a idéia principal do texto.

ESCRITA

Espera-se que o aluno:

- Expresse as idéias com clareza;
- Elabore/reeelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo:

- Às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
- À continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc.;
- Utilize adequadamente recursos lingüísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, etc.

ORALIDADE

Espera-se que o aluno:

- Utilize do discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente suas idéias com clareza, coerência ,mesmo que na língua materna;
- Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos, etc.;
- Respeite os turnos de fala.

➤ 7º ano

LEITURA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Informações explícitas
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Repetição proposital de palavras;
- Léxico;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

- Tema do texto;
- Finalidade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos, etc.;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações lingüísticas;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, semântica.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

LEITURA

O professor deve:

- Propiciar práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, ampliando também o léxico;
- Considerar os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhar discussões sobre: tema e intenções;

- Contextualizar a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Utilizar textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas, e outros;
- Oportunizar a socialização das idéias dos alunos sobre o texto.

ESCRITA

O professor deve:

- Planejar a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;
- Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos;
- Acompanhar a produção do texto;
- Acompanhar e encaminhar a reescrita textual: revisão dos argumentos /das idéias, dos elementos que compõe o gênero;
- Analisar se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;
- Conduzir a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

ORALIDADE

O professor deve:

- Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos;
- Propor reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos;
- Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Preparar apresentações que explorem as marcas lingüísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Selecionar discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, etc. lingüísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc.

AVALIAÇÃO

LEITURA

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto;

- Localize informações explícitas ;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Perceba o ambiente no qual circula o gênero;
- Identifique a idéia principal do texto;
- Identifique o tema;
- Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto.

ESCRITA

- Espera-se que o aluno:
- Expresse suas idéias com clareza;
- Elabore textos atendendo:
 - Às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
 - À continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc.;
- Utilize adequadamente recursos lingüísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc.

ORALIDADE

- Espera-se que o aluno:
- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente suas idéias com clareza;
- Compreenda os argumentos no discurso do outro;
- Organize a seqüência de sua fala;
- Respeite os turnos de fala;
- Analise dos argumentos apresentados pelos colegas de classe em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados;
- Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna.

➤ 8º ano

LEITURA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como: (aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.
- Semântica:
 - Operadores argumentativos;
 - Ambigüidade;
 - Sentido conotativo e denotativo das palavras no texto;
 - Expressões que denotam ironia e humor no texto.
- Léxico.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;

- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Concordância verbal e nominal;
- Semântica:
 - Operadores argumentativos;
 - Ambigüidade;
 - Significado das palavras;
 - Figuras de linguagem;
 - Sentido conotativo e denotativo;
 - Expressões que denotam ironia e humor no texto.

ORALIDADE

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralingüísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações lingüísticas;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

LEITURA

O professor deve:

- Propiciar práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considerar os conhecimentos prévios dos alunos;

- Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhar discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade;
- Contextualizar a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Utilizar textos não-verbais diversos que dialoguem com não verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas, e outros;
- Relacionar o tema com o contexto atual;
- Oportunizar a socialização das idéias dos alunos sobre o texto;
- Instigar a identificação e reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;

ESCRITA

O professor deve:

- Planejar a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;
- Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos;
- Acompanhe a produção do texto;
- Acompanhar e encaminhar a reescrita textual: revisão dos argumentos /das idéias, dos elementos que compõe o gênero (por exemplo: se for uma narrativa de aventura, observar se há o narrador, quem são os personagens, tempo, espaço, se o texto remete a uma aventura, etc.);
- Analisar se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;
- Estimular o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- Conduzir a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

ORALIDADE

O professor deve:

- Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a:

- Aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto;
- Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Preparar apresentações que explorem as marcas lingüísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Estimular contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralingüísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros;
- Selecionar discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

AVALIAÇÃO

LEITURA

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto;
- Localize informações explícitas e implícitas no texto;
- Posicione-se argumentativamente;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Perceba do ambiente no qual circula o gênero;
- Identifique a idéia principal do texto;
- Análise das intenções do autor;
- Identificação do tema;
- Reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto;
- Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo;
- Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto;

ESCRITA

- Espera-se que o aluno:
- Expresse suas idéias com clareza;
- Elabore textos atendendo:
 - Às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);

- À continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Utilize de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc.;
- Utilize adequadamente recursos lingüísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, etc.;
- Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto;

ORALIDADE

Espera-se que o aluno:

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente idéias com clareza;
- Explore a oralidade, em adequação ao gênero proposto;
- Compreenda os argumentos no discurso do outro;
- Exponha seus argumentos;
- Organize a seqüência da fala;
- Respeite os turnos de fala;
- Analise os argumentos apresentados pelos colegas em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados;
- Participe ativamente de diálogos, relatos, discussões, etc., mesmo que em língua materna;
- Utilize conscientemente expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralingüísticos.
- Analise recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

➤ 9º ano

LEITURA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;

- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Temporalidade;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;
- Polissemia;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Léxico.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Temporalidade;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;
- Polissemia;

- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Processo de formação de palavras;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal/nominal;

ORALIDADE

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralingüísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Semântica;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

LEITURA

O professor deve:

- Propiciar práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considerar os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;

- Encaminhar discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia ;
- Contextualizar a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Utilize textos não-verbais diversos: gráficos, fotos, imagens, mapas, e outros;
- Relacionar o tema com o contexto atual;
- Oportunizar a socialização das idéias dos alunos sobre o texto;
- Instigar o entendimento/reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- Estimular leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, próprio de diferentes gêneros;
- Incentivar a percepção dos recursos utilizados para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto.

ESCRITA

O professor deve:

- Planejar a produção textual a partir: da delimitação tema, do interlocutor, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia ;
- Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos;
- Acompanhar a produção do texto;
- Acompanhar e encaminhar a reescrita textual: revisão dos argumentos /das idéias, dos elementos que compõe o gênero;
- Instigar o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- Conduzir a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

ORALIDADE

O professor deve:

- Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a:

- Aceitabilidade, informatividade, situacionalidade finalidade do texto;
- Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Preparar apresentações que explorem as marcas lingüísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Estimular contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralingüísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros;
- Selecionar discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.

AVALIAÇÃO

LEITURA

- Realização de leitura compreensiva do texto ;
- Localização de informações explícitas e implícitas no texto;
- Posicionamento argumentativo;
- Ampliação do horizonte de expectativas;
- Ampliação do léxico;
- Percepção do ambiente no qual circula o gênero;
- Identificação da idéia principal do texto;
- Análise das intenções do autor;
- Identificação do tema;
- Dedução dos sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto;
- Compreensão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo;

ESCRITA

- Expressão de idéias com clareza;
- Elaboração de textos atendendo:
 - Às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
 - À continuidade temática;
- Diferenciação do contexto de uso da linguagem formal e informal;

- Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.;
- Utilização adequada de recursos lingüísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc.
- Emprego de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto;

ORALIDADE

- Utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal/informal);
- Apresentação de idéias com clareza;
- Compreensão de argumentos no discurso do outro;
- Exposição objetiva de argumentos;
- Organização da seqüência da fala;
- Respeito aos turnos de fala;
- Análise dos argumentos apresentados e/ou nos gêneros orais trabalhados;
- Participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna;
- Análise recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infantojuvenis, filmes, etc.

Gêneros discursivos propostos para o ensino fundamental: reportagens, entrevistas, cartas, crônicas, lendas, contos, poemas, biografias, fábulas, classificados, notícias, artigos de opinião, resumos, palestras, textos midiáticos, piadas, debates, folhetos, horóscopo, provérbios, charges, textos que tratem da cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como de educação ambiental e sexual e as conseqüências do uso de drogas.

Essa diversidade de gêneros discursivos é contemplada em todas as séries do Ensino Médio.

A diferença significativa entre as séries está no grau de complexidade dos textos e de sua abordagem.

➤ Referências

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. **Dimensões comunicativas do ensino de línguas**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ANTHONY, E. M. **Approach, method and technique: English Language Teaching**. 1963. Disponível em <<http://jalt-publications.org/tlt/files/98/sep/clarke.html>> Acesso em 27/07/2005.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

CHAGAS, R. V. C. **Didática especial de línguas modernas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

DCE – LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA. **Diretrizes curriculares da rede pública de educação Básica do Estado do Paraná**. Secretaria de estado da Educação – SEED, Curitiba 2006.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

ISIDORO, Marisol. **Gramática comparativa: 100% inglês 100% português**. FTD.

LEFFA, Vilson J. **O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional**. Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

Lei 10639/03: História e cultura afro-brasileira e africana.

Lei 11645/08: História e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Lei 9795: Política nacional de educação ambiental.

Lei 11343/06: Sistema nacional de políticas públicas sobre drogas.

Lei da sexualidade.

LIBERATO. Wilson. **English Information**. Editora FDT.

LOPES, L. P. da M. **Ensino de inglês como espaço de embates culturais e de políticas da diferença**. In: GIMENEZ, T.; JORDÃO, C. M.; ANDREOTTI, V. (orgs). **Perspectivas educacionais e o ensino de inglês na escola pública**. Pelotas: Educat, 2005.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

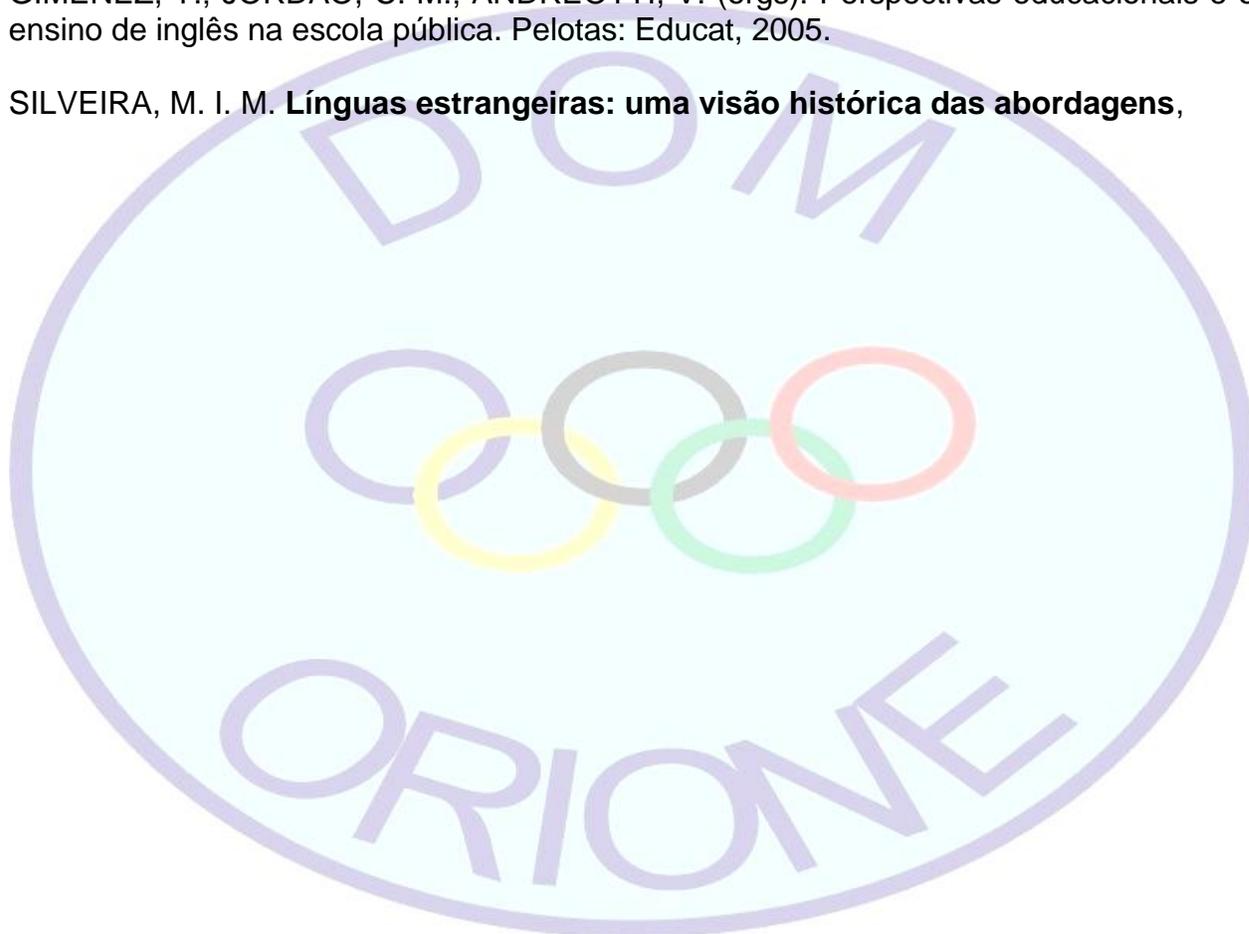
PARANÁ, J. M. F.; ALMEIDA, M. R. de. **Seminários sobre interculturalidade – em busca do resgate da cultura no ensino de língua estrangeira.** In: GIMENEZ, T.;

JORDÃO, C. M.; ANDREOTTI, V. (orgs). **Perspectivas educacionais e o ensino de inglês na escola pública.** Pelotas: Educat, 2005.

PICANÇO, D. C. L. **O espanhol como disciplina escolar no Paraná: 1942-1990.** Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2002.

RAJAGOPALAN, K. **O grande desafio: aprender a dominar a língua inglesa.** In: GIMENEZ, T.; JORDÃO, C. M.; ANDREOTTI, V. (orgs). **Perspectivas educacionais e o ensino de inglês na escola pública.** Pelotas: Educat, 2005.

SILVEIRA, M. I. M. **Línguas estrangeiras: uma visão histórica das abordagens,**



9.9. Ensino Religioso

➤ Apresentação Geral da Disciplina

A disciplina de Ensino Religioso valoriza a diversidade em todas as suas formas, pois a sociedade de hoje é composta por grupos bem diferentes.

Um dos grandes desafios da disciplina é acabar com o preconceito, fornecer instrumentos como leitura e oportunizar a identificação, entendimento, conhecimento e aprendizagem das diferentes instituições religiosas e manifestações presentes na sociedade, possibilitando aos educandos a oportunidade de se tornarem capazes de entender os movimentos específicos das diversas culturas, cujo substantivo religioso colabora com a constituição do cidadão multiculturalista.

Desta forma, como objeto de estudo, o Ensino Religioso se ocupa com o Sagrado enquanto manifestação do fenômeno religioso, constitutivo do ser humano.

➤ Objetivos Gerais

Promover aos educandos a oportunidade de processos para se tornarem capazes de entender os movimentos religiosos específicos de cada cultura.

Contribuir para superar a desigualdade étnico-religiosa.

Refletir e entender como grupos sociais se relacionam com o sagrado.

➤ Conteúdos Estruturantes

O Ensino Religioso é uma disciplina que contribui para o desenvolvimento humano, valoriza o fortalecimento dos vínculos familiares, dos laços de solidariedade e de respeito à diversidade cultural e religiosa em que se assenta a vida social.

Os Conteúdos Estruturantes se incluem nos conteúdos escolares a pluralidade de tradições religiosas. Eles compõem os saberes, os conhecimentos de grande amplitude, os conceitos ou práticas que identificam e organizam os campos de estudos a serem contemplados no Ensino Religioso.

Os Conteúdos Estruturantes propostos para o Ensino Religioso são:

a) Paisagem Religiosa

Os lugares considerados sagrados são simbolicamente onde o sagrado se manifesta. Para quem é religioso, a natureza não é exclusivamente natural, mas está carregada de um valor sagrado.

O homem consagra certos lugares porque necessita viver e conviver com este mundo. Os lugares não estabelecem somente uma relação física, concreta entre povos e o sagrado, há também relações entre ações e práticas. Muitas pessoas necessitam espaços para manifestar sua fé e aí organizam ritos, festas e homenagens. Os grupos se reúnem para reverenciar o divino, os lugares se transformam num universo simbólico das crenças existentes nas tradições religiosas, portanto é uma imagem socialmente construída.

b) Símbolo

O símbolo é definido como qualquer coisa que vincule uma concepção, pode ser um gesto, uma palavra, um som, um ritual, um sonho, uma obra de arte, etc.

c) Texto Sagrado

Expressam as idéias de diferentes tradições e manifestações religiosas como: danças sagradas, pinturas sacras, textos orais, festas religiosas, situações de nascimento e morte. As diferentes manifestações buscam criar a identidade do grupo de seguidores.

Algumas tradições ou manifestações são transmitidas apenas oralmente ou em textos sagrados que registram fatos relevantes da tradição e manifestação religiosa como orações, a doutrina, a história. O que caracteriza um texto como sagrado é o reconhecimento pelo grupo de que ele transmite uma mensagem sagrada.

Sendo assim, o texto sagrado é uma referência importante para o Ensino Religioso, pois indica como a tradição e a manifestação, as práticas religiosas e o caráter sagrado que estão presentes nas festas, nos ritos, organizações religiosas e nas explicações da morte e da vida.

➤ Conteúdos complementares:

Desafios Contemporâneos e a diversidade, devendo prever a abordagem contextualizada destas temáticas articulados ao conteúdo e as especificidades das disciplinas.

➤ Conteúdos do 6º ano:

- Respeito à diversidade religiosa;
- Organizações religiosas;
- Lugares Sagrados;
- Textos Sagrados orais ou escritos;
- Símbolos Religiosos.

➤ Conteúdos do 7º ano:

- Temporalidade Sagrada;
- Festas Religiosas;
- Ritos;
- Vida e Morte.

➤ Metodologia

As aulas são ministradas com recursos básicos, quadro de giz, papel sulfite, material escolar, régua, lápis de cor, retro-projetor, CDs, vídeos, jornais, revistas, textos paradidáticos.

A fim de propiciar aos educandos a oportunidade de identificação, entendimento e conhecimento em relação às diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade na qual estão inseridos.

➤ Avaliação

Como o Ensino Religioso não tem a mesma orientação que outras disciplinas no que se refere a notas e/ou conceitos, esse processo avaliativo passa a ser identificado na medida que os conteúdos passam a ser referências para compreensão do sagrado e demais valores trabalhados pelo professor. Isto acontece através da conversação, debates, textos escritos, etc.

Ademais, espera-se que o educando estabeleça discussões sobre o Sagrado numa perspectiva laica, desenvolva uma cultura de respeito à diversidade religiosa e cultural, e reconheça que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social.

➤ Referências

_____. **O Sagrado no Ensino Religioso**. SEED: Curitiba, 2008 (caderno pedagógico).

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Lei nº 10639/03 e Deliberação 04/06 do CEE/PR (História e Cultura Afro-Brasileira e Africana).

Lei nº 11343/06 (Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas).

Lei nº 11645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Africana).

Lei nº 11733/97 e nº 11734/97 (Educação Sexual e Prevenção a AIDS e DST).

Lei nº 13381/01 (História do Paraná).

Lei nº 9795/99 (Política nacional de Educação Ambiental).

PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso para a Educação Básica. SEED: Curitiba, 2006.

Sítio: www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br